



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM ECONOMIA INTERNACIONAL

**EFEITOS DA ABERTURA AO EXTERIOR DA
ECONOMIA CHINESA**

NUNO MIGUEL TEIXEIRA SARDINHA

Orientação: Professor Doutor Horácio Crespo Pedrosa Faustino

JÚRI

Presidente:

Doutor Joaquim Alexandre dos Ramos Silva, professor associado com
agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade
Técnica de Lisboa

Vogais:

Doutor Carlos Alberto de Oliveira Garrido, professor associado do
Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing

Doutor Horácio Crespo Pedrosa Faustino, professor auxiliar do Instituto
Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Julho 2006



AGRADECIMENTOS

A realização de uma tese de mestrado só é possível com o apoio de diversas pessoas.

A primeira pessoa a quem gostaria de agradecer, é ao meu orientador, Professor Doutor Horácio Crespo Pedrosa Faustino que aconselhou-me e demonstrou disponibilidade e compreensão desde o início, permitindo levar a bom termo o trabalho que agora apresento.

Em segundo lugar, não posso deixar de agradecer aos meus pais e irmã pela ajuda e apoio que transmitiram e aos meus vários amigos, quer pelo estímulo, quer pelas várias críticas e sugestões pertinentes na elaboração deste trabalho.

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS

- AFTA – ASEAN Free Trade Area
- APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation
- ARF – ASEAN Regional Forum
- ASEAN – The Association of Southeast Asian Nations
- CEI – Comunidade de Estados Independentes
- EAEG – East Asian Economic Grouping
- EUA – Estados Unidos da América
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations
- GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
- IDE – Investimento Directo Estrangeiro
- MOFTEC – Minister of Foreign Trade and Economic Cooperation
- NMF – Nação Mais Favorecida
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- PAFTA – Pacific Asian Free Trade Area
- PAFTAD – Pacific Trade and Development Conference
- PBEC – Pacific Basin Economic Council
- PCC – Partido Comunista Chinês
- PECC – Pacific Economic Cooperation Conference
- PIB – Produto Interno Bruto
- RMB – Yuan/Renminbi
- RPC – República Popular da China

TVE – Township and Village Enterprises

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USD – United States Dollar

UE – União Europeia

WTO – World Trade Organization

ZEE – Zona Económica Especiais

EFEITOS DA ABERTURA AO EXTERIOR DA ECONOMIA CHINESA

Nuno Miguel Teixeira Sardinha

Mestrado em: Economia Internacional

Orientador: Professor Doutor Horácio Crespo Pedrosa Faustino

Provas concluídas em:

RESUMO

A China tem-se insurgido na cena mundial como, provavelmente, o maior fenómeno económico, um “gigante” em crescente ascensão. Ao longo das últimas décadas, desde a aplicação de reformas e abertura ao exterior, a China testemunhou grandes mudanças e tem conseguido êxitos no âmbito do desenvolvimento económico e social.

A entrada da China na OMC simboliza a sua plena integração no sistema comercial internacional, assim como uma nova fase de abertura ao exterior mais elevada, e uma participação integral na cooperação económica internacional.

Em termos políticos, a China surge, actualmente, no topo da hierarquia internacional. A sua estabilidade política garantiu um ciclo de crescimento económico acelerado nas últimas décadas, o que alterou a geografia económica da Ásia e, conseqüentemente tornou a China num importante *player* na geopolítica da Ásia.

O objectivo do presente trabalho será o de estudar a evolução da Ásia, a partir do final da Guerra Fria, e analisar o posicionamento da China em relação aos restantes países da região Ásia-Pacífico. Em que medida a emergência da China como potência económica na região pode representar uma ameaça para a maioria dos “tigres asiáticos”, e quais os elementos fundamentais da integração regional na Ásia. Outra questão relevante a ser abordada neste trabalho é a democratização da China, tendo em conta que a Ásia tem estado no caminho da democratização desde meados dos anos 80. Pretende-se saber se a economia de mercado socialista chinesa é compatível com um sistema político autoritário, e analisar o facto do crescimento económico chinês também poder estimular desenvolvimentos políticos, e uma forma de fazer política mais aberta, mais pluralista, logo, mais democrática.

Palavras chave: China, crescimento económico, Zonas Económicas Especiais (ZEE), Organização Mundial do Comércio (OMC), integração regional, democracia.

EFEITOS DA ABERTURA AO EXTERIOR DA ECONOMIA CHINESA

Nuno Miguel Teixeira Sardinha

Mestrado: Economia Internacional

Orientador: Professor Doutor Horácio Crespo Pedrosa Faustino

Provas concluídas em:

ABSTRACT

China has emerged on the international stage, as an economic power, a “giant” which continues to grow. Over the past decades, since the introduction of reforms and with the opening of the economy, China has witnessed significant changes and obtained high success rates in its economical and social development.

China’s entry in the World Trade Organization (WTO) mirrors its full integration in the international trade system, as well as a new phase in a greater opening of the economy, and as a member of the international cooperation system.

In political terms, China now appears at the top of the international pyramid. Its political stability has allowed it to enter a cycle of accelerating economic growth over the past decades, which has changed the economic landscape of Asia, consequently making China an important player in Asian geopolitics.

The goal of this working paper is to study the evolution of Asia since the Cold War and to analyse China’s position with respect to other countries in the Asian-Pacific region. In what measure the appearance of China as an economic power in the region may represent a threat to the majority of “Asian Tigers”, and what the fundamental elements of the regional integration in Asia are. Another relevant issue discussed is China’s democratization, taking into account that Asia has been in a democratic process since the mid eighties. The issue is whether a Chinese socialist economy is compatible with an authoritarian political system, and the fact that Chinese economic growth may also stimulate political development, in order to make politics more open, plural and therefore democratic.

Key words: China, economic growth, Special Economic Zones, World Trade Organization, regional integration, democracy

ÍNDICE:

Agradecimentos

Glossário de Termos e Abreviaturas

Resumo/Abstract

Introdução	1
Capítulo 1: Enquadramento Económico e Político	5
1.1 Enquadramento Económico.	6
1.1.1 Economia Agrícola	7
1.1.2 Economia Industrial	8
1.2 Enquadramento Político	10
1.2.1 Partido Comunista	11
Capítulo 2: Reformas Económicas e Políticas	13
2.1 Reforma Agrária	13
2.2 A industrialização e o Grande Salto em Frente	15
2.2.1 O Primeiro Plano Quinquenal (1952-1956)	15
2.2.2 Transição das 100 Flores (1957)	16
2.2.3 O Grande Salto em Frente (1958-1960)	16
2.2.4 Revolução Cultural	17
2.3 Reformas económicas na era pós-Mao	18
Capítulo 3: Crescimento e Desenvolvimento Económico da China	23
3.1 O milagre Económico da Ásia Oriental	23
3.2 Integração da China no desenvolvimento da região Ásia-Pacífico	24
3.3 Dinâmica Interna do Crescimento da Economia Chinesa	26
3.3.1 Grau de Abertura da Economia Chinesa	32
3.3.2 O Peso da China no Comércio Mundial	34
3.3.3 O Investimento Directo Estrangeiro na China na ultima década	36
3.4 Os Índices de Desenvolvimento Humano e relação entre Crescimento e Desenvolvimento Económico	41

Capítulo 4: Associação da China à Organização Mundial de Comercio	44
Capítulo 5: China: Tigre Asiático e Ameaça Regional	55
5.1 Posição geoestratégica da China na Ásia	55
5.2 A questão de Taiwan	58
5.2.1 Dimensão Económica das Relações República Popular da China – Taiwan	60
5.3 Os Processos de Integração na Ásia	62
5.4 Integração chinesa na Ásia-Pacífico	68
5.5 A diáspora chinesa	69
Capítulo 6: Principais Conclusões e Perspectivas para a China no século XXI	71
6.1 Identidade e rumo para China no século XXI	71
6.2 Democracia na China	75
6.3 Consequências para o Mundo da abertura de uma Economia da dimensão da República Popular da China	79
Bibliografia	86
Anexos	

INTRODUÇÃO

O surgimento da China como potência económica mundial está entre os mais destacados acontecimentos económicos das últimas décadas.

De 1980 a 2004 o Produto Interno Bruto (PIB) da China registrou uma média de crescimento real de 9,5%, tornando-a sexta maior economia mundial. A integração do país na economia mundial é reflectida principalmente no rápido crescimento do seu papel no comércio internacional, cuja participação total no comércio mundial passou de 1%, em 1980, para quase 6%, em 2003.

O começo da transformação de uma economia, cuja produção era determinada pelo governo central, em uma economia de mercado foi possível graças a grandes reformas económicas e à abertura geral da economia. A partir de 1979, Deng Xiao Ping, que se tornou líder da China em 1978, introduziu um programa de reformas da economia que aos poucos mudaria o funcionamento da estrutura económica do país. Primeiro, suas reformas focaram o sector agrícola. Os preços da produção agrícola aumentaram, as restrições à produção e os impostos sobre a mesma, diminuíram e, o mais importante, a responsabilidade sobre a produção, a propriedade dos meios de produção e as decisões sobre as mesmas foram transferidas das comunas e governos locais para os próprios agricultores. Essas mudanças levaram ao aumento do rendimento familiar, o que, por sua vez, aumentou os investimentos, a poupança e a procura total por bens em todo o país.

Em meados da década de 80, o sector industrial passou por reformas que permitiram a entrada de empresas privadas, para completar empresas estatais então existentes, o que trouxe algumas liberalizações de preços e salários. Em 14 grandes cidades, localizadas no litoral, foram criadas as Zonas Económicas Especiais (ZEE) com o objectivo de uma

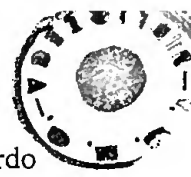
abertura ao comércio externo e ao investimento directo estrangeiro. Essas reformas atraíram Investimento Directo Estrangeiro (IDE), sob a forma de novas empresas (principalmente *joint ventures*) e de capital estrangeiro, o que proporcionou o desenvolvimento das indústrias de tecnologia e de infra-estrutura, tais como produção de energia e transportes, além de criar novos postos de trabalho.

Durante o final da década de 80 e início da de 90, foram mantidas e expandidas Zonas Económicas Especiais (ZEE), nas quais foram gradualmente introduzidos capital e tecnologia estrangeira. As autoridades chinesas reduziram as tarifas de forma substancial e tornaram mais flexíveis os controlos sobre a importação e a exportação para promover o comércio externo. As exportações da China variavam de produtos têxteis, e outros produtos manufacturados de baixo valor acrescentado como brinquedos, roupas e calçado, a produtos mais sofisticados, como material electrónico e materiais industriais.

Além disso, o país tornou-se um centro regional de produção e de industrialização para reexportação, ou exportação de produtos anteriormente importados. As importações para a China passaram a vir cada vez mais de outros países asiáticos, ao mesmo tempo que se assistia a um aumento nas exportações para países desenvolvidos, especialmente para os Estados Unidos e países europeus.

O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) passou de valores médios, na década de 80, na ordem dos 5 mil milhões USD, para valores médios de 30 mil milhões USD, na década de 90. Em 2004, os valores do IDE rondaram os 60 mil milhões USD, segundo o Ministério do Comercio China-MOFCOM.

A entrada da China na Organização Mundial de Comércio (OMC), em 11 de Dezembro de 2001, contribuiu para o processo de integração da China na economia mundial e demonstrou a sua vontade em se converter num país de economia de mercado. As



autoridades chinesas continuam a reduzir as tarifas e as barreiras comerciais, de acordo com compromissos assumidos junto da OMC. Os preços passaram, cada vez mais, a ser determinados pelo mercado, e os preços dos produtos comercializados internacionalmente convergiram de forma substancial com os preços internacionais.

Em termos geoestratégicos, a posição internacional da China, pós-guerra fria foi alterado significativamente. Com o fim da Guerra Fria, e a queda da URSS, a China passou a ter uma posição relevante na cena internacional. Em termos regionais, a questão de Taiwan continua a ser um problema, mas ao mesmo tempo, o principal investidor externo na economia chinesa. Em termos comerciais, com a entrada da China na OMC, os “tigres asiáticos” estão sob ameaça desta potência económica.

Um dos grandes movimentos globais nas últimas décadas foi a democratização. Com a crescente abertura ao exterior, será cada vez mais complicado reformar a economia e deixar o sistema político inalterado no futuro. É natural que este processo de democratização na China seja gradual, com características específicas chinesas.

Esta dissertação está dividida em 6 capítulos. No primeiro capítulo fazemos um enquadramento em termos económicos e políticos da República Popular da China. O segundo capítulo apresentamos as várias reformas económicas, desde a reforma agrária, passando pelos vários processos industriais, terminando nas reformas económicas na era pós-Mao. O terceiro capítulo analisa o crescimento e desenvolvimento chinês, primeiro integrando o mesmo no contexto regional da região Ásia-Pacífico, em segundo lugar analisando o dinamismo interno da economia chinesa e abordando a integração da mesma na economia mundial, analisando vários indicadores de desenvolvimento económico. No quarto capítulo apresentamos os principais pontos da associação da República Popular da China à OMC. No quinto capítulo abordamos as questões geopolíticas da China no contexto regional asiático, com destaque na questão de

Taiwan, ponto de tensão na relação da República Popular da China com os EUA. Para finalizar, no sexto capítulo apresentamos as principais conclusões e algumas ideias de cenários futuros para a China, na vertente interna centralizada na questão da democratização e na vertente externa nas consequências que todo este processo de surgimento de uma nova potência mundial pode gerar no eixo transatlântico, que tem sido o principal centro de desenvolvimento mundial.

Capítulo 1: Enquadramento Económico e Político

A República Popular da China é um importante participante na economia mundial nos dias de hoje. Geograficamente encontra-se numa região de grande dinamismo económico, com elevadas taxas de crescimento económico. Tem dimensão, é o país mais populoso do mundo e o quarto em termos de superfície, o que permite um importante papel a desempenhar no contexto regional e mundial. Várias transformações internas têm sido realizadas no sentido da economia de mercado e de uma cada vez maior integração na economia mundial.

O actual processo de crescimento económico chinês fará, eventualmente, da República Popular da China uma das maiores superpotências do século XXI, se forem ultrapassados os actuais problemas a que a economia e sociedade chinesa estão sujeitas: controlar a corrupção, coordenar a transição para uma economia de mercado e assegurar a unidade política e social, são as prioridades.

Os problemas da economia chinesa são vários, existindo riscos de uma fragmentação política, económica e social.

Esta abertura progressiva ao exterior tem levado a choques culturais internos bastante acentuados: de um lado uma cultura tradicional, do outro uma cultura do consumo influenciada pela globalização.

A Europa os Estados Unidos da América (EUA), e de uma forma geral todos os países desenvolvidos, procuram posicionar-se nesta economia chinesa para garantir o acesso ao que se desenha ser como o maior mercado para as próximas décadas.

Com um nível de infraestruturas deficiente, um grau de burocracia que retrai o desenvolvimento, um grau de eficiência baixo, uma corrupção alargada a todos os

sectores de actividade, onde a intervenção do Estado é pesada, as oportunidades não deixam de ser evidentes para as multinacionais ocidentais.

1.1 Enquadramento Económico

Apesar da dimensão do território chinês, este é dominado por montanhas e grandes planaltos desertos, o que torna o seu potencial em termos de terra arável, utilizável para a produção alimentar, bastante limitado (15.4% do território).

É actualmente o país mais populoso do mundo (1.306.313.812 habitantes em Julho 2005), e o crescimento da população estimado para este ano é de 0,58% (CIA World Factbook).

A cidade de Beijing (Pequim) é a capital do país e o seu centro político e cultural. Xangai é a maior cidade com uma população superior a 13 milhões de habitantes e centro económico e financeiro da República Popular da China.

A República Popular da China possui 23 províncias, com os seus respectivos órgãos de administração local. Os governos provinciais estão sob alçada do Conselho de Estado, que tem poderes para definir a divisão de responsabilidade entre governos provinciais e o Governo Central. Existem quatro municípios sob administração directa do Governo Central: Beijing, Shanghai, Tianjin e Chonqing (ver anexo 2). Nos anos 80 com o estabelecimento das primeiras Zonas Económicas Especiais (ZEE), às quais foram atribuídos uns níveis e autonomias em varias áreas como a retenção das receitas fiscais recolhidas nas mesmas, tal como uma margem de manobra elevado no relacionamento com o exterior em termos de investimento e parcerias com empresas locais.

Estas 23 províncias, 5 regiões autónomas e 4 municípios que integram a República Popular da China são bastante distintas. Enquanto as regiões costeiras apresentam uma elevada densidade populacional, e altos níveis de rendimento por habitante, as zonas do

interior são vastas e pobres. As disparidades são ainda mais pronunciadas nas principais cidades chinesas.

A República Popular da China autointitula-se um Estado socialista com sistema económico de “socialismo de mercado”, o que significa uma economia de mercado onde a iniciativa do Estado se sobrepõe à iniciativa privada.

1.1.1 Economia Agrícola

O sector agrícola ocupa 27% da população, e contribui para 13,8% do PIB, apesar de somente 15,4% de seu território ser terra arável e de possível utilização. São 329 milhões de agricultores - equivalente a quase metade população activa, trabalhando geralmente em pequenas áreas de terra.

É o maior produtor e consumidor mundial de arroz, correspondeu a 31% do total mundial produzido em 2004 (ver anexo 12), gerando excedentes para exportação (7,7% das exportações mundiais). Outros produtos em que a China é grande produtor e exportador, são o chá e o milho. Apesar da produção da batata ter representado 22% da produção mundial em 2005, a China é dependente das importações para satisfazer a sua procura (ver anexo 13). O aumento da produtividade ocorrido nos últimos anos permitiu ao país duplicar a sua produção agro-pecuária. Este sector agro-pecuário ocupou lugar de destaque nas negociações e no acordo de sua adesão á OMC, tendo incluído inúmeros compromissos relacionados ao tema.

No mercado de carnes, a China destaca-se por ser o 4º maior produtor e consumidor de carne bovina e o 11º exportador mundial em 2002. Em relação à carne suína é o maior produtor (em 2001, respondeu por 47,1% da produção mundial, segundo dados da Food and Agriculture Organization of the United Nations-FAO) e consumidor mundial, sendo o 8º mercado importador e o 5º exportador. A carne de frangos também se destaca no

mercado internacional sendo o 2º maior produtor e consumidor mundial, além de ser o 3º mercado importador e o 5º mercado exportador. Segundo a FAO, a economia e a agricultura da China vem crescendo rapidamente desde o começo das reformas económicas nos finais dos anos setenta, sustentadas por políticas agrárias introduzidas nos últimos trinta anos. As transformações de maior êxito na economia chinesa começaram com o crescimento do sector agrário e, de certo modo, dependeram do mesmo nos anos oitenta. A produção de cereais aumentou 4,7% ao ano, no período 1979/84, apesar da desaceleração do crescimento da agricultura, depois que se esgotarem os efeitos excepcionais da descolectivização realizada (ver anexo 11).

1.1.2 Economia Industrial

Após a fundação da Republica Popular da China em 1949, a estrutura industrial da China passou por três fases. A primeira ocorreu entre o começo da década 50 e o final dos anos 70, durante este período, a China criou a sua base de industrialização com uma transformação rápida da sua economia. A segunda fase teve início em 1979 até princípios dos anos 90, o País adoptou a orientação de uma progressiva abertura ao exterior e reajustou a sua estrutura industrial. A terceira fase começou no princípio da década de 90, quando a China elaborou a linha do estabelecimento de um sistema de economia de mercado socialista, até por volta do ano 2020. Ao longo destes 50 anos, aconteceram grandes transformações no sector industrial, o peso da industria no PIB passou de 34,4% para 52,9%.

Em termos mundiais a China está a aproximar-se, cada vez mais, dos Estados Unidos, como o maior consumidor de recursos mundiais.

No aço, um indicador chave do desenvolvimento industrial, a sua utilização na China subiu para níveis nunca vistos em qualquer outro país, e é agora mais de duas vezes

superior à dos Estados Unidos da América: 302 milhões de toneladas contra 124 milhões de toneladas em 2004. À medida que a população da China se desloca para as grandes cidades o país entra numa fase de construção e desenvolvimento. Além do aço, a China também lidera o consumo de outros metais como o alumínio e o cobre. A China não apenas alcançou os Estados Unidos da América na utilização destes metais, como está a alargar o fosso que os separa, deixando os Estados Unidos da América num distante segundo lugar.

No que respeita ao petróleo, os Estados Unidos da América ainda detém a liderança, com um consumo três vezes superior ao da China - estimado em 20,7 milhões de barris por dia contra 6,4 milhões de barris, em 2004. Mas enquanto o petróleo utilizado nos Estados Unidos da América aumentou apenas 15 por cento, entre 1994 e 2004, o seu consumo na China mais do que duplicou. Tendo ultrapassado recentemente o Japão no consumo de petróleo, a China ocupa agora o segundo lugar, ultrapassada somente pelos Estados Unidos da América (ver anexo 15).

Analisando o consumo de energia na China significa também ter em conta o carvão, que abastece quase dois terços das necessidades energéticas. O consumo de 2062 milhões de toneladas de carvão na China em 2004, excede largamente os 1107 milhões de toneladas consumidas nos Estados Unidos da América (ver anexo 19). Com o seu consumo de carvão excedendo largamente o dos Estados Unidos da América, e com a utilização de petróleo e de gás natural subindo rapidamente, é apenas uma questão de tempo até que a China seja também o maior emissor de carbono a nível mundial (ver anexo 20). A China vem tentando aumentar os recursos energéticos para a sua economia em expansão. O projecto de construção da gigantesca central hidroeléctrica das Três Gargantas no rio Yangtse, na China Central, é um projecto a pensar na cada vez maior dependência energética da China em relação ao exterior. Este complexo hidroeléctrico, a concluir em

2009, será o maior do mundo com 18.200 MW de potência instalada para alimentar a rede eléctrica da China leste, sul e centro (províncias de Hubei, Henan, Hunan, Jiangxi, Jiangsu, Zhejiang, Anhui e Guangdong e o município central de Shanghai). Mesmo assim, só fornecerá uma pequena fracção das necessidades eléctricas do país ao longo dos próximos 20 anos.

Estudos apontam que a China necessitará de 600.000 MW ao longo dos próximos 20 anos. Esta escassez de energia influencia os preços do petróleo, carvão e transporte marítimo.

1.2 Enquadramento Político

A República Popular da China é um país socialista, dirigido pelo Partido Comunista Chinês, “uma ditadura democrática popular, com base na aliança entre operários e camponeses” na terminologia oficial. O sistema socialista é o sistema fundamental da República Popular da China.

Segundo a Constituição de 1982 “A República Popular da China é um Estado unitário multinacional, erguido conjuntamente por povos de todas as nacionalidades, entre os quais se estabeleceram, e continuam a fortalecer-se relações de igualdade, unidade e assistência mútua. No esforço de defesa da unidade das nacionalidades é necessário combater as pretensões de domínio de grande nação, sobretudo da nação Han, e também os nacionalismos locais. O Estado faz tudo quanto pode para promover a prosperidade comum de todas as nacionalidades do país”. O “Programa Comum da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês”, promulgado na véspera da fundação da República Popular da China, é o programa da frente única da democracia popular da China, além de desempenhar o papel de uma constituição provisória. O Programa Comum foi aprovado pela primeira Sessão Plenária da Conferência Consultiva Política do Povo

Chinês, e promulgado no dia 29 de Setembro de 1949. Antes da promulgação da Constituição da República Popular da China em 1954, o programa desempenhava o papel de uma constituição provisória. A quarta versão da Constituição da China, ou seja, a actual Constituição foi aprovada e promulgada no dia 4 de Dezembro de 1982, pela 5ª conferência da 5ª Assembleia Nacional Popular da China. A constituição chinesa estabelece a Assembleia Nacional Popular como o órgão legislativo supremo. Esta assembleia tem 2850 membros e reúne pelo menos uma vez por ano. As suas três grandes tarefas são: emendar a constituição e aprovar todas as leis, eleger ou aprovar a nomeação para posições cimeiras do Estado, e decidir as grandes questões do Estado. Um Comité Permanente da Assembleia Nacional Popular exerce um controlo sobre o aparelho de Estado, supervisionando o supremo corpo administrativo da China, o Conselho de Estado, e nomeando o primeiro-ministro deste mesmo Conselho de Estado.

1.2.1 Partido Comunista

A posição oficial das autoridades chinesas, o sistema de cooperação multipartidária e consulta política, dirigido pelo Partido Comunista da China, é o sistema político que vigora da China.

A Comissão Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês é composta por representantes do Partido Comunista da China, partidos democratas, personalidades não partidárias, entidades populares, todas as minorias nacionais e todos os círculos sociais, e compatriotas das Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, Taiwan e chineses regressados do exterior com mandato de cinco anos.

Segundo as autoridades chinesas, a China é um país multipartidário, além do partido no poder, o Partido Comunista da China, o país conta com oito partidos que existem antes da fundação da República Popular da China. Os partidos apoiam a direcção hegemónica

do Partido Comunista da China. A cooperação, em longo prazo e na luta comum com o Partido Comunista da China constitui a sua escolha histórica. O Partido Comunista da China e os oito partidos devem tomar a Constituição como critério das actividades básicas. Os oito partidos democratas não são partidos no poder, nem partido oposicionista, mas sim partido que participa nos assuntos políticos.

As principais funções desta cooperação multipartidária, e consulta política incluem: Primeiro, a Conferência Consultiva Política, o importante local de participação e discussão nos assuntos políticos para todos os partidos, todas delegações populares e todos os representantes dos diversos círculos. Segundo, o Comité Central do Partido Comunista Chinês que realiza palestras para comunicar as importantes decisões. Terceiro, os representantes da assembleia popular de diversos níveis que participam nos assuntos políticos e desempenham o papel de supervisão. Quarto, o de seleccionar alguns membros dos partidos democratas para assumir cargos de dirigentes do Conselho de Estado e governos locais superior a distrito. Quinto, e por último, o de eleger os membros dos partidos democratas que correspondem às condições para poder assumir cargos de dirigentes em órgão do Estado.

Capítulo 2: Reformas Económicas e Políticas

2.1 Reforma Agrária

Com a conquista do poder pelo Partido Comunista Chinês, a Reforma Agrária generalizou-se a todo o país até 1953. O seu mecanismo era baseado na confiscação de todas, ou parte das terras, aos proprietários burgueses para a sua posterior redistribuição entre camponeses pobres e operários agrícolas assalariados. A reforma representou o fim de uma classe latifundiária, dos arrendamentos onerosos, salários miseráveis e do crédito usurário. Esta Reforma teve uma adesão maciça do povo chinês, tendo sido criados 120 milhões de novos títulos de propriedade e 500 milhões de beneficiários. O resultado foi uma adesão imensa à causa da Revolução, que representava para o povo chinês o cumprir de uma promessa da guerra revolucionária.

Esta reforma foi claramente de carácter individualista, mas houve uma política de fomentação de fórmulas de cultivo comum, “equipas de ajuda mútua” e cooperativas de formação voluntária. Era o reforço de instituições já existentes entre camponeses livres, principalmente em zonas de minifúndio. Estas cooperativas eram formadas por 20-50 associados, e no final de 1956 já existiam dois milhões e agrupavam 90% das explorações agrícolas. Esta política permitiu o aumento considerável da produção e rendimentos por trabalhador.

Em termos políticos, as cooperativas tinham o problema de perpetuar a noção de propriedade privada da terra, algo que não ligava com o ideal de construção de uma sociedade socialista e comunista. Além disso, havia a busca de maiores economias de escala, através de explorações de maior dimensão e integradas. Este novo objectivo levou á passagem de cooperativas voluntárias para cooperativas de produção avançada,

em que cada uma compreendia 100-200 antigas explorações familiares. Assim, no início de 1958, as 120 milhões de explorações familiares concentraram-se em 700 mil cooperativas avançadas.

O passo seguinte foi a criação das Comunas, movimento espontâneo através da associação duma trintena de cooperativas avançadas. A primeira experiência foi na província de Honan, em Abril de 1958, tendo Mao Tse Tung dado a sua aprovação, o que levou á generalização. Com o caminhar para a concentração duma grande superfície sob uma única direcção abolia-se por inteiro o conceito de propriedade privada. No fim de 1958 as 700 mil cooperativas avançadas davam lugar a 26.500 comunas, agrupando cada uma delas, em média, 4750 explorações familiares. A exploração da comuna era feita por brigadas de trabalho de 50 a 100 famílias, cada uma, e administrada por um comité eleito, que dava atenção a outras áreas como indústrias rurais, comunicações, conservação de águas, repovoamento florestal, saúde e educação.

Apesar deste esforço de colectivização ter sido espontâneo, e bastante racional, os resultados não foram totalmente positivos. Houve dificuldades climáticas no período de 1959-1961, às quais se juntaram as intensas actividades industriais nas zonas rurais, facto que levou a uma queda da produção agrícola. Estas dificuldades levaram, também, a uma revisão rápida do movimento das comunas, tendo sido autorizadas novamente algumas formas de propriedade privada, mais concretamente até 5% da superfície da comuna, para a criação de animais. Foi igualmente reduzida a dimensão média das Comunas, com o objectivo de uma administração mais eficiente. A consequência foi o aumento do seu número para 76.000, no final de 1958. Os resultados foram bastante positivos, e desde meados dos anos 60, a China deixou de fazer grandes importações de cereais, como havia feito em 1962-1963. Várias obras foram feitas, como o melhoramento do transporte interno, que permitiu uma melhor distribuição dos

produtos, e barragens, regadios e drenagens, que diminuiram o problema das secas e inundações.

Existem igualmente várias explorações estatais, de cultura extensiva, principalmente na região de Sinquião e no Nordeste. No início foi uma forma de empregar veteranos do Exército Libertação Popular, cujo objectivo era abastecer os grandes centros urbanos de cereais e carne. Os seus rendimentos eram inferiores aos obtidos nas Comunas, principalmente pela característica do solo, e pela forma extensiva das explorações estatais.

2.2 A industrialização e o Grande Salto em Frente

O processo de industrialização iniciou-se segundo o modelo soviético, mas a partir de 1958 houve um abandono desse modelo. Analisado por fases:

2.2.1 O Primeiro Plano Quinquenal (1952-1956)

Este Primeiro Plano Quinquenal foi aprovado em 1953, baseado no modelo soviético de planificação da economia, centralizando as decisões na Comissão Estatal de Planificação.

O núcleo deste Plano assentava na construção de mais de 600 centros fabris e mineiros, dos quais 156 seriam realizados com assistência soviética. Os resultados foram positivos, com um aumento das produções, formação de técnicos, implantação de uma verdadeira administração pública. O maior problema foi o aparecimento de burocracia, resultado da planificação rígida.

2.2.2 Transição das 100 Flores (1957)

Face aos problemas do Primeiro Plano Quinquenal, em 1957 Mao Tse Tung iniciou uma política de liberalização da crítica, convidando as opiniões críticas a surgirem “como 100 flores”. As críticas surgiram, sendo o protagonista principal, o economista Ma Yin Chu, tendo centrado as suas objecções em pontos como a planificação excessivamente centralizada, burocratizada, sem flexibilidade; a falta de estudo em termos da dimensão e localização “óptima” das unidades industriais; e a falta de uso dos preços como incentivo para melhores níveis de produtividade.

Estas críticas não foram tomadas em conta, tendo sido mesmo consideradas liberalizantes e flexíveis.

2.2.3 O Grande Salto em Frente (1958-1960)

Durante a preparação do Segundo Plano Quinquenal (1958-1962) o governo chinês decidiu abolir a política de liberalização da crítica, restaurando a unidade de expressão. O objectivo de Mao Tse Tung, com este novo Plano, era forçar o crescimento económico num esforço maciço de colectivização da agricultura e no desenvolvimento industrial acentuado.

Esta industrialização seria feita com grandes investimentos, novas tecnologias, novas técnicas intermédias, o uso de recurso locais em todo o país, e um investimento maciço de capital humano. O objectivo do Grande Salto em Frente era fazer com que a China ultrapassasse o nível de produção do Reino Unido, terceira potência económica mundial naquela altura.

Os resultados imediatos foram, em termos quantitativos, bastante satisfatórios. A produção de aço e ferro, sector que foi considerado vital, duplicou apenas num ano.

Assim como no sector do minério de carvão, onde os resultados foram também, bastante positivos.

Mas a intensidade do esforço, a falta de coordenação, a más condições meteorológicas dos anos de 1959 e 1960, e a retirada do auxílio soviético em Julho de 1960, provocaram uma súbita suspensão dos propósitos deste Plano.

Foi decidido adoptar uma política económica mais flexível, com metas mais realistas, e o regresso de projectos nacionais de grande dimensão.

Apesar de não terem sido atingidos muitos dos objectivos do Grande Salto em Frente, este plano conseguiu um fortalecimento da China e a consolidação do sistema socialista.

2.2.4 Revolução Cultural

Em 1964 a China encontrava-se novamente em condições de planear algo. Face ao fracasso relativo do Grande Salto em Frente, Mao Tse Tung abandonou a Presidência da Republica, cedendo o seu lugar a Liu Chao Chi, embora tenha mantido o seu lugar na presidência do Partido Comunista Chinês. No período de 1962-1964 gerou-se um confronto entre Mao Tse Tung, e seus seguidores, com a fracção menos revolucionaria chefiada pelo próprio Liu Chao Chi. Este confronto era aberto e tinha como objectivo o controlo do Partido. Com o apoio de grande parte do Comité Central, Mao Tse Tung inicia, em Xangai, a Revolução Cultural, apoiada pela juventude. Este movimento acabou por enfraquecer os adversários de Mao Tse Tung. Entre 1966 e 1969 Mao Tse Tung encorajou a formação de comités revolucionários, bases da Guarda Vermelha, compostos pelas mais diversas forças (militares, camponeses, elementos do partido, governo, etc) e destinados a tomar o poder onde necessário. O ensino superior foi desactivado no país, de forma a atacar o meio intelectual.

A ideia central da Revolução Cultural era manter o fervor revolucionário e um estado constante de luta, sem a qual, segundo Mao Tse Tung, a revolução comunista estaria condenada ao fracasso. Além disso, a Revolução pretendia tornar cada unidade de produção chinesa, em uma unidade de estudo e reconstrução do ideal socialista. Para Mao, a próxima fase da Revolução seria, justamente, ultrapassar a revolução da ordem económica para a ordem ideológica.

O movimento, a partir de 1968 seguiu o culto da personalidade de Mao. O Livro Vermelho, uma colectânea de citações de Mao, passou a ditar as regras de vida do povo chinês. Em 1969, Mao Tse Tung recupera o pleno controlo do Partido e volta a ocupar a Presidência da Republica até à sua morte em 1976.

O novo dirigente máximo, Hua Guofeng, decide reintegrar Deng Xiao Ping, que passou a dominar a política chinesa nos anos seguintes.

2.3 Reformas económicas na era pós-Mao

O extraordinário dinamismo da economia chinesa nos últimos 30 anos, a sua cada vez maior importância na economia mundial, as elevadas taxas de crescimento, os desenvolvimentos tecnológicos, a capacidade de atrair investimentos directo estrangeiro, forma alcançadas através de políticas nacionais executadas com um elevado grau de autonomia, num processo iniciado em 1978.

Analisado em traços gerais das reformas pós 1978, chega-se á conclusão que o Partido Comunista Chinês demonstrou grande flexibilidade para executar as mudanças necessárias, com o objectivo de acelerar o desenvolvimento económico do país. Tratava-se de superar a organização económica centralizada, que revelava suas fragilidade, ainda mais se tratando de um país com baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas. O objectivo seria abrir espaços para a regulação do mercado e

aumentar a autonomia das unidades económicas, sem abdicar da propriedade estatal e de mecanismos de planeamento do poder público.

As reformas começam no sector da agricultura. A organização colectiva da produção agrícola não vinha apresentando os resultados desejados, sendo assim necessário alterar algo na política agrícola. As comunas continuaram encarregues de redistribuir as terras entre as famílias que, tal como após a revolução de 1949, tornaram-se responsáveis pela produção agrícola. Mas, a grande novidade introduzida por estas reformas foi a liberdade concedida ao camponês de vender livremente, no mercado, o produto que sobrava, após a separação da parcela dedicada á subsistência da sua família, e da parcela devida ao Estado. Esta reforma era baseada na Nova Política Económica (NEP), realizada na União Soviética por Lenine, e abandonada por Estaline, que promoveu antes a colectivização do campo. Esta concessão de estímulos materiais aos camponeses, representada nesta liberdade concedida de vender no mercado o excedente da sua produção, evidentemente teve um papel fundamental na explicação do elevado crescimento da produção e da produtividade agrícola após estas reformas. Outro factor foi o aumento da área irrigada do país, graças á construção de grandes barragens hidroeléctricas.

Nesse quadro compreende-se como a agricultura chinesa foi capaz de aumentar, rapidamente, a oferta de matérias primas e alimentos, com níveis crescentes de produtividade, originando o respectivo aumento do rendimento das famílias camponesas, beneficiada pela relação de preços favoráveis à agricultura.

Nesse processo, foi possível expandir o mercado de bens de consumo no campo, e milhões de famílias camponesas foram retiradas do limiar da pobreza.

No sector da indústria, a redução do número de empresas estatais e a sua relativa perda de importância na produção não indicam que essas empresas tenham perdido o seu

papel estratégico na industrialização do país. Com as reformas realizadas, as empresas estatais passaram a ter maior autonomia nas suas decisões, e foram orientadas no sentido de adequar os seus custos, e procurar a eficiência e o lucro. Passaram a realizar a sua própria contabilidade e registrar os seus resultados. Nesse processo, os lucros das empresas assumiram um papel cada vez mais importante nos novos investimentos realizados, embora estas mesmas empresas estatais fossem os principais clientes do crédito concedido por bancos estatais. E nas novas bolsas de valores chinesas, são as acções destas mesmas empresas estatais, que são principalmente negociadas.

Os investimentos directos estrangeiros, de início limitado às Zonas Económicas Especiais (ZEE), são actualmente autorizados em outras áreas geográficas. Este IDE é realizado em associação com empresas chinesas, com o objectivo de incorporar e apropriar novas tecnologias.

A generalização pelo país e o rápido crescimento das *Towns and Villages Enterprises* (TVE's), empresas controladas por governos regionais e locais, constituíram outro fenómeno provocado pelas reformas. No tempo da agricultura colectivizada, várias associações de agricultores formaram empresas industriais. Com as reformas no sector agrícola, o governo chinês estimulou as administrações locais e regionais a assumir as empresas de propriedade colectiva e ao mesmo tempo a criar novas empresas. Mas, a inovação essencial é dada pela progressiva liberdade de vender a produção no mercado, este movimento leva as TVE's a concorrerem entre si, e com empresas estatais. As TVE's podem igualmente associar-se a empresas estrangeiras, mas operam em estreitas relações de compra e venda com as empresas estatais industriais, e têm acesso ao crédito dos bancos estatais. Na verdade as TVE's são um importante instrumento de descentralização da produção industrial, contendo a tendência ao explosivo crescimento das cidades do litoral chinês. Trata-se, por tanto de uma política de apoio à

industrialização do campo, cujo sucesso pode ser constatado pelo facto da percentagem do emprego agrícola ser decrescente em relação ao emprego total, embora o decréscimo da população rural na população total seja bem mais lento. Ou seja, a expansão das TVE's tem permitido que elementos de famílias camponesas encontrem emprego na indústria, sem abandonar o interior do país. E os bons resultados económicos das TVE's servem ainda de importante apoio para as finanças dos governos regionais.

Esta estratégia reformista no sector industrial levou à criação das Zonas Económicas Especiais (ZEE) em várias regiões do litoral (ver anexo 3). Constituem áreas especializadas na exportação, e para sua implantação foram permitidos o investimento estrangeiro, importações e operações cambiais e de comércio externo. E os objectivos de incrementar as exportações, e de incorporar novas tecnologias pelas ZEE's foram alcançados pela atracção de investimentos estrangeiros, inicialmente de Hong Kong e, posteriormente de Taiwan e de países desenvolvidos.

As reformas chinesas são específicas, devido a continuar a existir um forte controlo estatal sobre a economia. Alguns aspectos específicos podem ser destacados:

- Questão da Propriedade - A terra é propriedade do Estado e é cultivada por meio de concessões do poder público. A China não realizou qualquer programa de privatização de empresas estatais. A relativa perda de participação das empresas estatais, sob controlo do governo central, deve-se ao rápido crescimento de empresas controladas por governos regionais e locais, as chamadas *Towns and Villages Enterprises* (TVE's). O investimento directo estrangeiro é realizado por meio de associações com empresas chinesas (estatais ou TVE's) que, em geral, controlam as novas unidades.

- Abertura ao Exterior - A crescente importância da China no comércio mundial foi alcançada sem que tivesse existido uma liberalização total das importações, e o mercado interno continua protegido, não somente pela taxa de cambio, como também por um

conjunto variado de restrições. As elevadas importações do país são explicadas pelas importações realizadas pelas ZEE's, e por importações complementares, e não concorrentes com a produção nacional.

- Abertura Financeira - A China estabelece controlo de capitais e não regista um elevado nível de endividamento externo, tendo privilegiado o investimento directo estrangeiro. A reserva de divisas estrangeira serve de motor a uma política monetária favorável à expansão do crédito interno, que é concedido com baixas taxas de juros por bancos estatais e garante altas taxas de investimentos internos.

Em conclusão, este processo de reformas realizado pela China com sucesso, deve-se a factores externos como a mudança na política externa americana na região Ásia-Pacífico, e a factores internos como a sua capacidade de conceber e executar reformas. E, evidentemente que o sucesso económico da China não esconde seus graves problemas como os de ordem demográfica e ambiental, por exemplo.

Capítulo 3: Crescimento Económico da China

3.1 O milagre Económico da Ásia Oriental

Com o fim da Segunda Guerra Mundial assistiu-se ao nascer de um mundo bipolarizado, entre o sistema capitalista e o sistema socialista. Sob a protecção dos EUA, os países da região Ásia-Pacífico seguem variantes de uma dupla estratégia: um elemento político, relacionado com a natureza e prioridade dos governos; e um outro relacionado com as políticas económicas de orientação para o exterior.

A intervenção do Estado na política económica, com o objectivo do crescimento económico, foi concebida como uma estratégia anti-comunista (Rustow, 1960). A região da Ásia-Pacífico foi claramente um dos principais alvos da luta anti-comunista, por parte das várias administrações norte americanas. Os vários governos anti-comunistas na região acabaram por estabelecer as fundações dos Estados autoritários e, ao mesmo tempo capitalistas, da Ásia Pacífico. Por razões de segurança, os EUA deram acesso preferencial aos países com regimes anti-comunistas à ajuda americana e garantiram a abertura do mercado, e a transferência de *know-how* às empresas destes países. O resultado desta política anti-comunista foi a modernização. Com a integração dos países na economia mundial, e como consequência do desenvolvimento económico, a democracia acabaria por surgir.

Este modelo mostrou-se atraente: governo forte, esforço público de combate ao analfabetismo, apoio á agricultura, uma transição para baixas taxas de crescimento populacional com políticas fiscais prudentes, elevadas taxas de poupança, crescimento orientado para a exportação e recepção de IDE.

3.2 Integração da China no desenvolvimento da região Ásia-Pacífico

A estratégia de desenvolvimento seguida nos países da Ásia oriental baseou-se no “Modelo dos Gansos Voadores” (Akamatsu, 1962), em que os países de rendimentos menores seguiram o Japão, subindo na cadeia de valor da produção e exportações.

A China, do mesmo modo que diversos países da Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN) como Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia, beneficiou dos investimentos externos, sobretudo japoneses e dos tigres do Sudeste Asiático (Coreia, Taiwan, Hong Kong e Singapura) e do comércio regional a eles associados, de forma a contornar a pressão de custos decorrente da valorização do *yen* em relação ao dólar. Formou-se uma triangulação dinâmica entre o Japão, o principal fornecedor de bens de capital para a Ásia, o conjunto dos países da ASEAN, com a Coreia do Sul e a China, e os EUA, que se afirmaram como importadores líquidos e assim “consumidores de última instância” da produção manufactureira regional.

Esta divisão regional do trabalho foi operada em grande parte pelas redes de comércio internas das grandes empresas, especialmente as japonesas. O comércio intra-regional asiático foi nos últimos 15 anos ainda mais intenso do que o registrado entre os países membros da União Europeia (Sakakibara e Yamakawa, 2002).

Este comércio resultava da combinação de duas vias principais de desenvolvimento asiático: a primeira construída em países como Japão, Coreia do Sul e Taiwan, centrada em agressivas políticas industriais e de elevado proteccionismo; e uma segunda via construída nas cidades-estados (Hong Kong e Singapura), mas também em regimes como os da Malásia ou Tailândia, orientados para o comércio internacional e abertos ao investimento estrangeiro.

A China, com suas Zonas Económicas Especiais (ZEE), participou amplamente neste movimento. Absorveu, a partir de 1985, capitais de Hong Kong que deslocaram para o

continente a sua base industrial, especializando-se basicamente, em serviços financeiros. Enquanto país exportador de manufacturas baratas a China não se evidenciava nesta fase dos países do ASEAN, entretanto perseguia através da sua estratégia de crescimento, liderada por investimentos públicos, um modelo parecido com o coreano ou o de Taiwan, combinando a duas vias de desenvolvimento observadas na Ásia.

Esta dinâmica regional, depois de gerar extraordinário dinamismo e viabilizar um crescimento por etapas, entre países com estágios de desenvolvimento diferentes, como o descrito no “Modelo dos Gansos Voadores” entrou em crise em 1995.

A desvalorização do *yen* em relação ao dólar, a partir de 1995, na ordem dos 30% no período de 1996-1998, e a contracção dos IDE japoneses vinculados às exportações asiáticas para terceiros mercados, principalmente os EUA, teve um forte impacto na dinâmica regional. Como estes países possuíam regimes cambiais de indexar a moeda nacional ao USD, a valorização desta moeda em relação ao yen levou a uma valorização real das principais moedas asiáticas com a excepção do yuan/reminbi (RMB) chinês que passou, em 1994, por uma significativa desvalorização. Com a sua moeda desvalorizada em relação aos seus competidores directos, e com o sucesso das redes de comércio estabelecidas nas ZEE's, a China deslocou para o seu território os produtores da ASEAN, principalmente aqueles ligados ao mercado americano. Como consequência, a participação dos EUA nas exportações chinesas cresceu extraordinariamente nos anos 90, o que representava uma mudança fundamental no comércio internacional.

O declínio das importações japonesas e dos fluxos de IDE, voltados para os países da ASEAN, juntamente com a abertura e desregulamentação financeira, posta em prática em muitos países no início dos anos 90, mudou a estrutura do financiamento externo asiático, com forte expansão dos capitais de curto prazo. O *boom* do endividamento a curto prazo em dólares, destinados a empréstimos em moeda nacional em sectores


voltados para o mercado interno, principalmente o imobiliário, como o que se deu nos ASEAN e Coreia do Sul, levou a uma crise de liquidez, no final de 1997, em países como a Tailândia, a Malásia, a Coreia do Sul, as Filipinas e a Indonésia. Os fluxos de IDE, tal como os de comércio também sofreram um significativo deslocamento destes países asiáticos em direcção à China.

Com a recessão e o colapso cambial, desvalorizações de cerca de 50% em relação ao USD, ocorridas em 1997, as economias da ASEAN, juntamente com a Coreia do Sul, com excepção da Indonésia, retomaram suas trajectórias expansivas, a partir de uma política fiscal expansionista, e uma forte recuperação das suas exportações. O factor imediato, responsável pelo crescimento das exportações foi o *boom* da “nova economia”, nos EUA e seu impacto nas Tecnologias da Informação; com a crise neste sector, ocorrida em 2000/2001, as exportações asiáticas expandiram-se em função do alto crescimento da China.

Mantendo inalterada a sua taxa nominal de câmbio com o USD, a China reagiu à contracção das suas exportações com uma política anti-cíclica, centrada nos investimentos públicos.

3.3 Dinâmica Interna do Crescimento da Economia Chinesa

Embora nos anos 90 a crescente expansão das exportações, e dos investimentos privados, tenha introduzido novas determinantes, o volume dos investimentos estatais no PIB manteve-se nos anos 90 em cerca de 20%, equivalente à participação das exportações. Em relação aos investimentos totais, empresas estatais constituem cerca de 38% do PIB, e 47% do emprego industrial. Estas empresas respondem por 45% das importações totais da China, e por 50% de suas exportações (Relatório UNCTAD, 2003). Estes investimentos estão fora do orçamento do governo, e são financiados pelos



bancos estatais e lucros das empresas. Desta forma, embora as reformas chinesas tenham substituído os mecanismos do planeamento central por políticas de intervenção indirectas, mantiveram-se os dois pilares centrais de regulação directa: os bancos estatais que monopolizam a concessão de crédito, e as empresas estatais presentes nos sectores mais estratégicos da economia. Como as empresas estatais seguem o planeamento estatal, mas possuem autonomia de decisão, a regulação do nível global de investimento, ao contrário de se dar como numa típica economia de mercado, através da política fiscal e monetária, requer na China, a utilização de medidas administrativas e de controlos directos.

Historicamente, tendo em conta a dimensão populacional do país e o seu nível de rendimento, a principal restrição ao crescimento, liderado pelos investimentos públicos, foi o ritmo de expansão da produção de bens de consumo, essencialmente os bens alimentares. Assim, na medida em que os investimentos estatais eram acelerados, segundo as decisões de governo, e a expansão consequente da massa salarial originava procura de produtos alimentares, o que se transformava, a curto prazo, numa pressão inflacionista e algumas vezes, numa escassez generalizada de produtos alimentares, à qual o governo respondeu com a desaceleração dos investimentos e do crescimento económico. Com as reformas de Deng Xiao Ping em 1979, a agricultura chinesa passou por um choque de produtividade, e uma crescente taxa de crescimento potencial da economia agrícola chinesa, reduzindo a sua volatilidade. Ainda assim, a expansão da procura interna só poderia ser atendida pelo crescimento das importações.

Com a abertura da economia nos anos 80, a expansão da capacidade de importar da economia chinesa tornou-se a restrição fundamental para todo o processo de industrialização da mesma. Mas, como as exportações chinesas eram, nos anos iniciais da abertura, intensivas em produtos primários, o crescimento da produção e da

produtividade na agricultura era necessário tanto para consumo interno, como para as exportações. Tendo em vista a dimensão da população e a escassez de terra cultivável, e matérias-primas, o abastecimento ao mercado interno tornou-se prioritário. Com a substituição de exportações na direcção de bens industriais, a China tornou-se num dos maiores importadores mundiais de alguns bens primários, onde até há bem pouco tempo era um exportador líquido. Por outro lado, com a aceleração da industrialização, o consumo total de minério como ferro, carvão, aço e alumínio da China passou a exceder em muito a sua capacidade de produção, exercendo grande pressão nos mercados mundiais.

Mas, se as receitas de exportação da China se limitassem a financiar as importações complementares de alimentos e matérias-primas, a China teria o processo de modernização da sua economia bloqueada. O desenvolvimento da China requereria a obtenção simultaneamente, de uma expansão global da sua capacidade de importar e, viabilizaria um rápido desvio das suas importações na direcção de máquinas e equipamentos requerida para a expansão das suas indústrias e agricultura. A estratégia exportadora e a política de atracção de investimento nasceram desta dupla necessidade. O desvio das exportações na direcção de bens intensivos em mão-de-obra, e o impulso de investimento externo centrado na construção de uma capacidade exportadora no país, foi a resposta chinesa ao desafio do desenvolvimento, originado, pela sua dimensão específica, e a grande mudança no comércio regional.

Tal como a maioria dos países asiáticos, que iniciaram o processo de industrialização no pós-guerra, as exportações chinesas concentravam-se, ao longo dos anos 80, essencialmente em produtos intensivos em mão-de-obra, e de baixo valor unitário. Estas eram as exportações tanto das empresas estatais, como das empresas privadas chinesas,

e das em *join-ventures* com empresas estrangeiras, formadas nas Zonas Económicas Especiais, como as de Shenzhen, Fuzhou, Zhuhai.

As Zonas Económicas Especiais que, essencialmente captaram esta corrente de comércio e investimentos, representam actualmente 55.4% das exportações totais. O conteúdo das importações das empresas estrangeiras, maioritariamente localizada nas ZEE's, é bastante elevado, cerca de 50%, tal como as actividades de incorporação deste conteúdo importado das exportações chega a atingir 70% (Relatório UNCTAD, 2003). Analisando o saldo comercial por tipo de empresa, observa-se que o saldo exportador da China deveu-se, nos últimos anos, essencialmente às empresas públicas, e o declínio da participação destas nas exportações totais, ocorridas nos últimos anos, levou também a um declínio no saldo comercial.

Devido ao elevado conteúdo das importações típicas das actividades de processamento, a máquina do crescimento chinês não se transferiu para as empresas estrangeiras e para as suas exportações, mas permaneceu fortemente assente nos investimentos públicos e na exportação das empresas públicas e expansão do consumo.

O investimento público das empresas públicas manteve a sua função de liderar o ciclo de investimentos da China, e o processo de mudança estrutural da mesma. Assim, com a expansão das exportações ocorrida no início dos anos 90, numa média de 20%, Deng Xiao Ping propôs uma aceleração do crescimento em 1992. Os investimentos em capital fixo cresceram igualmente a uma taxa de 20%, originando o crescimento da participação destes investimentos no rendimento. Esta aceleração do crescimento levou a pressões inflacionistas, decorrentes tanto do excesso de procura numa economia que crescia acima de 10%, como da desvalorização cambial ocorrida em 1994, o índice de preços ao consumidor atingiu os 24.1% neste ano. Com a economia em "aquecimento", as importações cresceram a taxas extraordinárias, originando déficit na balança de

transacções correntes em 1993, e a uma política de desaceleração dos investimentos. Após a crise asiática de 1997, as exportações chinesas sofreram uma queda, devido à queda do próprio crescimento do PIB e dos preços. Em face desta deflação, dos anos de 1998 e 1999, e a perspectiva de um baixo crescimento, o governo preocupado com o ingresso de dez milhões de novos trabalhadores no mercado de trabalho, aumentou os gastos públicos, atenuou o crédito dos bancos públicos, e as empresas públicas tomaram opções de investimento, retomando assim a liderança no ciclo expansionista na China.

Poder-se-ia esperar que o elevado crescimento económico conduzisse a um rápido aumento dos custos laborais, que fizesse atenuar esta enorme vantagem comparativa. Contudo, verifica-se um profundo desequilíbrio entre as zonas costeiras e do leste, industrializado, e o interior, rural. Este facto levou à migração de dezenas de milhões de trabalhadores para aquelas regiões, fornecendo um vasto contingente de mão-de-obra disponível. Além disso, a política de racionalização do ineficiente sector estatal da economia tem levado ao fecho, ou à redução de pessoal das empresas estatais. Por outro lado, mercê de estruturas sociais e políticas muito próprias, as capacidades reivindicativas por estatutos mais elevados não existem, o que permite às classes dirigentes uma liberdade de acção quase absoluta. Estes fenómenos têm, assim permitido que os custos na indústria se mantenham a um nível muito baixo.

O ciclo de expansão dos investimentos públicos na China ao longo dos anos 90 foi acompanhado por uma ousada estratégia industrial, onde o governo seleccionou 120 grupos empresariais para formar um *national team*, em sectores de importância estratégica, inspirada nos *Chaebols* coreanos. O objectivo político era manter as grandes empresas públicas, e diversificar simultaneamente as exportações, através de políticas de investimentos, tecnologia e modernização das infra-estruturas, de forma a integrar

populações e territórios do interior (Keun Lee and Wing T. Woo, *Business Groups in China compared with Korean Chaebols*, 2002).

Diversos centros de tecnologia foram desenvolvidos. Foram estabelecidas varias Zonas de Desenvolvimento Económico e Tecnológico, como as de Dalian, Tiajin, Fuzhou, Beijing, Shanghai, especialmente concebidas para formar pólos de crescimento voltados para uma economia como um todo. Estas zonas passaram a receber massivos investimentos do governo em infra-estruturas, e muitas criaram parques industriais em alta tecnologia.

A expansão dos investimentos centrados no mercado interno, a criação de zonas centradas no progresso tecnológico e as estratégias das grandes empresas multinacionais no mercado chinês levaram a uma nova onda de investimentos externos. Nestes, ao contrário da primeira onda de investimentos externos, as grandes empresas japonesas e ocidentais tiveram uma presença mais destacada, e destinou-se mais ao mercado interno.

Com este esforço tecnológico, o resultado é o rápido deslocamento das exportações chinesas na direcção de bens com maior conteúdo tecnológico, sobretudo nas Tecnologias de Informação, a estratégia chinesa estabelecida no 10º Plano Quinquenal de 2001 de reduzir, através das infra-estruturas, os desequilíbrios regionais e as migrações para as regiões do litoral tem deslocado o eixo do crescimento chinês na direcção dos mercados internos.

Parcela significativa dos investimentos públicos na China concentra-se no sector da construção civil. Nos últimos anos as maiores taxas de crescimento foram registadas nas indústrias de cimento, aço, alumínio, automóveis, têxtil e carvão induzidos pela expansão da construção residencial.

A industrialização e a expansão no sector imobiliário, a taxa de urbanização cresceu nos últimos 20 anos, 38% ao ano, exercendo uma procura extraordinária de residências e equipamentos imobiliários. Com a expansão do rendimento urbano nas cidades mais prósperas, a procura de residências e bens de consumo vem impulsionando o mercado chinês em duas direcções. Em primeiro lugar, uma expansão do mercado de consumo, devido à incorporação de um maior número de famílias urbanas com maior poder de compra. Em segundo lugar, uma expansão do mesmo mercado, devido à concentração mais acentuada de rendimento e introdução de novos padrões de consumo. As mudanças nos padrões de consumo ocorrem em todos os segmentos. A introdução de novos hábitos alimentares, com efeitos significativos sobre o consumo de carnes e cereais; de novos bens industriais, tanto os de base tecnológica clássica, automóveis, como os intensivos em novas tecnologias, telemóveis, computadores, e de novos serviços de apoio a estas transformações, telecomunicações e vias de comunicação; como as decorrentes de um crescimento do rendimento individual, como turismo, restauração, etc. Devido á dimensão populacional e crescimento do rendimento médio chinês, que ainda se situa em níveis muito modestos em termos internacionais, levaram a grandes transformações na dimensão real do mercado consumidor chinês. Por exemplo, mercados como telecomunicações móveis, internet ou televisão, já são de dimensão quase idêntica ao mercado dos EUA e superior ao mercado japonês. É este grande mercado interno o centro dinâmico da economia asiática.

3.3.1 Grau de Abertura da Economia Chinesa

Quando analisamos os dados referentes ao comércio internacional constatamos um crescimento da participação da China tanto nas exportações como nas importações, o que evidencia um maior grau de integração económica da China no comércio mundial.

Uma das formas de medir o grau de abertura das economias é através do rácio do comércio externo, relativamente ao PIB (Exportações + Importações/PIB). Após manter-se quase que totalmente fechada até o final dos anos 70, o comércio externo relativamente ao PIB da China representava 12% em 1980, 42% em 2000 e 52,2% em 2004, segundo dados do Banco Mundial.

A evolução da economia chinesa, aliada às profundas alterações na situação política internacional decorrentes da queda do muro de Berlim em 1989, consequente desintegração da União Soviética em finais de 1991 e transição para economias de mercado nos países da Europa de leste, teria levado a China a redefinir um novo quadro de relações internacionais na base da que já tem sido chamada “diplomacia do comércio”, por atribuir maior importância aos aspectos económicos, num espaço que anteriormente, durante a Guerra Fria, era exclusivamente reservado a factores político-militares.

É notável sublinhar que a China não se tornou vulnerável, apesar do seu grau de abertura. A sua política económica não permitiu a formação de um deficit de transacções correntes que a obrigasse a procurar recursos emprestados no mercado internacional. Bem pelo contrário, a China ostenta um significativo superavit comercial, é um grande receptor de investimentos directos estrangeiros e mantém suas contas externas com saldo positivo, acumulando reservas de divisas superiores a 200 mil milhões USD. Por isso, apesar do elevado grau de abertura comercial, a economia chinesa tem-se mostrado bastante robusta perante os choques externos, tendo ultrapassado quase incólume às crises que atingiram as economias emergentes desde 1997.

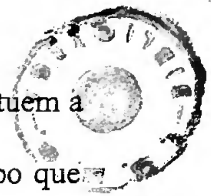
3.3.2 O Peso da China no Comercio Mundial

A participação da China na economia mundial tem sido crescente. Entre 1980 e 2004, o peso das exportações e das importações chinesas de mercadorias no total mundial aumentou de cerca de 1 por cento para 6.6 e 6.0 por cento, respectivamente. Em 2004, a China foi o terceiro maior exportador e importador a nível mundial, segundo dados da OMC (OMC, 2005).

O crescimento das exportações chinesas foi superior ao da produção e das exportações mundiais. De um total 17 mil milhões USD em 1980, foram multiplicadas por 4 em 10 anos e duplicaram na década seguinte, atingindo 762,00 mil milhões USD em 2005. Nesse mesmo ano, as importações foram de 660,1 mil milhões USD e, em 2005, as exportações e importações combinadas somaram 1.422,1 mil milhões USD (ver anexo 7).

O crescimento das exportações foi superior ao das exportações mundiais, e é explicado em grande parte pelo baixo custo da mão-de-obra, pela ausência de um sistema de segurança social e pelo facto dos investimentos directos estrangeiros efectuados no país estarem orientados para o mercado externo. Em meados dos anos 90, as exportações foram beneficiadas pela desvalorização do yuan/reminbi (RMB) e pelo alargamento da vigência do tratamento de Nação Mais Favorecida (NMF), concedido pelos Estados Unidos da América à China, no momento do restabelecimento das relações diplomáticas em 1972 por parte de ambos os países.

A China é o país que mais tem aumentado as exportações e ocupa o segundo lugar no ranking dos países em desenvolvimento em termos de competitividade, graças à abundância de mão-de-obra, baixos níveis salariais e de outros custos de produção, conjugadas com a política cambial de desvalorização da moeda nacional e a política de investimento estrangeiro, ambas indutoras de exportações.



O desempenho das exportações chinesas e sua elevada participação no PIB constituem a base de sustentação do elevado crescimento económico do país, ao mesmo tempo que são por esse determinados, e recebem tratamento privilegiado do governo na sua política comercial e de investimentos.

A partir dos anos 80, a composição desses fluxos comerciais caracteriza-se pelo predomínio crescente de produtos manufacturados, em grande parte (70%) decorrentes da participação de empresas constituídas, parcial ou totalmente, por capital estrangeiro, pois a política chinesa de atracção de capitais estrangeiros sempre esteve orientada para aumentar as exportações, a exemplo do modelo adoptado pelos restantes países asiáticos com economias emergentes.

Assim, os produtos manufacturados, sobretudo bens intermediários, são predominantes nas importações, com uma participação em 1999, da ordem de 84%, contra 16% no caso dos produtos primários.

Esta situação reflecte o crescente grau de integração vertical do processo produtivo no continente asiático, funcionando a China como centro de montagem e plataforma de exportação de produtos acabados. Tal tem-se traduzido num aumento considerável dos fluxos de comércio intra-regional, com a China a importar volumes crescentes de bens semi processados de outras economias asiáticas e a exportar produtos acabados para o resto do mundo.

Houve igualmente um importante aumento na procura mundial de petróleo e de outras matérias-primas como ferro, aço e cobre, originando pressões ascendentes sobre os preços destas matérias-primas nos mercados internacionais nos últimos anos. Em particular, em relação ao petróleo, onde o peso da China na procura mundial de petróleo aumentou de 3.4 para 7.7 por cento entre 1990 e 2004 (ver anexo 15).

Por isso, é natural que aconteça um crescimento superior do lado das importações, em relação às exportações, situação que pode de eliminar os actuais superávits comerciais.

As relações comerciais da China são diversificadas e vindo a tornar-se um importante mercado de exportação para as principais economias industrializadas e têm os países asiáticos como importantes parceiros, o que reflecte o interesse de Pequim em aprofundar o relacionamento económico e político na região, tendo aderido ao acordo de livre comércio no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN. Isso é evidente no caso do Japão, bem como no de outras economias asiáticas como Taiwan e Coreia do Sul, para as quais a China se tornou o principal destino das exportações (ver anexo 10).

Em 2004, os principais mercados de destino das exportações chinesas foram os Estados Unidos (21,1%), União Europeia-25 (18,1%), Hong Kong (17%) e Japão (12,4%).

Por sua vez, a China têm como principais países de origem das suas importações o Japão (16,8%), União Europeia-25 (12,5%), Taiwan (11,5%), Coreia do Sul (11,1%) e Estados Unidos da América (8%). (OMC, 2005).

3.3.3 O Investimento Directo Estrangeiro na China na última década

O crescimento do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) na China, é um dos factores importantes no seu desenvolvimento. Em termos de IDE, a economia chinesa recebeu, desde o início dos anos 90, cerca de um quarto do investimento directo estrangeiro mundial dirigido a economias de mercado emergente. Uma parcela significativa destes investimentos tem origem na própria Ásia.

Um factor fundamental neste aumento de IDE, concentrado maioritariamente no sector industrial, são as empresas multinacionais, na sua grande parte empresas multinacionais asiáticas.

Esta presença das empresas multinacionais não pode ser correctamente avaliada fora de contexto específico. Inicialmente, as multinacionais dirigiram os seus investimentos quase que exclusivamente para as ZEE's – onde recebem diversos incentivos e ficam localizadas ao lado de fornecedores e de outras indústrias semelhantes, além de centros de I&D, infra-estrutura de energia e transporte.

Essa forma de agrupamento regional das indústrias, especialmente daquelas mais intensivas em conhecimento, teve um papel relevante no desenvolvimento tecnológico chinês e na alteração do tipo de exportações ao longo dos últimos 20 anos.

A capacidade da China em atrair investimentos estrangeiros não se esgota. No curto prazo, o baixo custo da mão-de-obra e uma taxa de câmbio desvalorizada levam a uma elevada rentabilidade do capital estrangeiro, especialmente aquele que é aplicado nas indústrias exportadoras. A produção dirigida ao mercado externo desfruta de isenção de impostos de importação para matérias-primas, peças e componentes. Assim, as empresas multinacionais – especialmente as do sector de electrónico e comunicações, que representam grande parte das exportações chinesas – podem instalar, na China, as etapas finais da fase de produção, aproveitando as peças e componentes produzidos pelas filiais localizadas nos países vizinhos, continuando, todavia a importar dos seus países de origem grande parte dos componentes utilizados na produção.

No longo prazo, a dimensão do mercado chinês e, especialmente, seu potencial de crescimento constitui um atractivo importante ao investimento.

Entre 1990 e 1999, a China cresceu a uma taxa média de 9,5% ao ano e nesse período acumulou cerca de 213,7 mil milhões USD em investimento directo estrangeiro, ocupando o terceiro lugar no ranking dos maiores receptores de investimento do mundo, e o primeiro lugar entre os países em desenvolvimento. A participação da China nos fluxos de IDE destinados aos países em desenvolvimento passou de 7,2% entre 1980-

1989 para 24% entre 1990-1999, chegando a 25% entre 2000 e 2003. Note-se que esse país respondeu sozinho por 40% dos investimentos destinados à Ásia no período (UNCTAD, 2001 a 2004 – Anexos Estatísticos).

Apesar dos elevados volumes de investimentos directos recebidos pela China, a inserção deste país nesses fluxos não esteve associado a operações de fusões e aquisições internacionais, fenómeno tão característico dos fluxos globais de IDE. Essas operações foram ausentes nos anos 1980 e somaram cerca de 9 mil milhões USD entre 1990-1999, resultando numa participação média dessas operações sobre o total de IDE recebido de apenas 3,1% no período. As privatizações, via investimento directo, também não ultrapassaram o valor de 400 milhões USD ao longo da década de 90. (UNCTAD, 2000).

Quanto à evolução sectorial da distribuição dos investimentos directos recebidos pela China nas décadas de oitenta e noventa, esta esteve vinculada às diversas fases da abertura de sua economia ao IDE. Assim, durante o período inicial da reforma (1979-1986), os investimentos concentraram-se nas actividades de prospecção geológica, na indústria manufactureira trabalho-intensiva (indústria tradicional, especialmente têxtil) e no sector de serviços (actividades imobiliárias). A partir de 1986, com o início da segunda fase da abertura ao IDE, o governo chinês tomou uma série de medidas para mudar a estrutura sectorial dos investimentos directos recebidos, dirigindo-os para a indústria de transformação e para os sectores orientados para a exportação e de alta tecnologia. Desse modo, o IDE no sector primário caiu de 40,9% em 1988 para 3,1% em 1993, e o sector manufactureiro passou a ser o principal sector de destino dos investimentos directos externos (Banco Mundial, 1997).

Nos anos 90 – período que compreendeu a terceira e quarta fases da abertura – algumas medidas foram tomadas para aumentar a participação do IDE nas indústrias intensivas

em capital. A prioridade era o desenvolvimento e fortalecimento da indústria química, equipamentos de transporte, electrónica e comunicações. Recentemente, foram abertas ao investimento directo estrangeiro novas actividades no sector de serviços e concedidos mais estímulos ao surgimento de sectores de alta tecnologia e ao estabelecimento de centros de I&D no país. Inicia-se, então a quinta fase a abertura da economia chinesa com a adesão da China a OMC em 2001.

Destas políticas resultou a seguinte distribuição sectorial do IDE: em 2000: a indústria de transformação e os serviços contabilizavam, em termos de valores acumulados, 61% e 37%, respectivamente, com destaque para a indústria electrónica e de telecomunicações, que se tornaram foco de grandes investimentos directos a partir de 1997, contrastando com a estagnação da indústria tradicional (MOFCOM, 2001).

Dentro dos serviços, as actividades imobiliárias predominaram (24%), enquanto que o IDE nas actividades de intermediação financeira foi quase inexistente, devido às limitações legislativas.

Deve-se salientar-se, nesse contexto, a crescente participação das multinacionais no produto industrial chinês – que passou de 5,5% em 1991, para 22,5%, em 2000, em termos de valor (MOFCOM, 2001).

No que se refere à distribuição regional do investimento directo estrangeiro na China, este foi bastante concentrado nos anos 90, com alguma deslocalização nos últimos anos. Do total de IDE recebido pela China de 1989 até 1997, as áreas do litoral tiveram uma participação aproximada de 90%. Entre 2000-2003 essa participação caiu para 85% (Wei, 2005). Esse quadro explica-se pelo contexto da experiência de abertura da economia e das reformas, devido à política de atracção e localização de investimentos directos nas áreas costeiras, através de incentivos e reduções fiscais inicialmente

focados em apenas 4 zonas económicas especiais (ZEE's) mais orientadas para as exportações (Broadman; 2001).

Com relação aos países de origem, Hong Kong foi a maior fonte de IDE para a China entre 1979-2000, contribuindo com 51% do total acumulado nesse período. Parte dos investimentos oriundos de Hong Kong representou uma reciclagem do capital da “Grande China”, os quais aproveitavam o tratamento preferencial dado aos investidores estrangeiros. Mas, a predominância dos investimentos de Hong Kong e Taiwan também representou a procura de baixo custo de mão-de-obra para exportações a partir ZEE's nos anos 1980. De seguida vieram os Estados Unidos (9%), União Europeia (9%), Japão (8%), Taiwan (8%) e Singapura (5%). Os Estados Unidos e a União Europeia, que somaram 18% do total acumulado de IDE na China, têm concentrado seus investimentos nos sectores intensivos em capital e tecnologia. Em termos das sub-regiões da Ásia, o Leste Asiático domina o IDE na China, contribuindo com mais de 65% do total de IDE naquele país (ver anexo 6).

A afirmação da China como pólo mundial da produção industrial gerou grandes transformações na economia asiática, implicando um importante “desvio de comércio e de investimentos” na Ásia, deslocando muitos exportadores asiáticos do mercado americano e absorvendo importantes fluxos de investimento directo estrangeiro. A estratégia chinesa de integrar o mercado mundial gerou um crescimento de suas exportações e importações, criando para a economia mundial, e para as economias asiáticas em particular, um grande mercado em expansão com forte presença de investimento directo estrangeiro. A manutenção da taxa de câmbio nominal do yuan/reminbi (RMB) a partir de 1997, quando os países asiáticos seus competidores – incluindo o Japão – desvalorizaram suas moedas, foi fundamental para o comércio regional e para as estratégias de localização das empresas multinacionais (Medeiros,

2004). Esse processo explica por que os fluxos de investimentos intra-asiáticos cresceram substancialmente ao longo dos anos 1990, sendo a China o principal destino desses investimentos (UNCTAD, 2004).

3.4 Os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e relação entre crescimento económico e desenvolvimento

O crescimento económico da China provocou no país um dos avanços mais rápidos em termos de desenvolvimento humano. Durante a década de 90, o país subiu 14 lugares na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano, estando agora na 85.^a posição. Com um aumento recente do rendimento per capita invejável, a China conseguiu reduzir a pobreza para metade. Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2005, a China tirou da pobreza 250 milhões de pessoas nos últimos 25 anos. O governo da China admite que o número de pobres encontra-se hoje em torno de 75,8 milhões (rendimento até 924 yuans por mês). Mas, segundo a ONU, cujo critério leva em consideração as pessoas que sobrevivem com menos de 1 USD por dia, o país ainda tem 200 milhões de pobres. Qualquer que seja o critério, uma coisa é certa: a grande maioria da pobreza na China está no seu interior rural.

O hiato entre províncias ricas e pobres parece estar a alargar-se, com graves problemas no acesso à educação e a serviços de saúde, que são caros ou inexistentes. Até 1980, a maioria das pessoas pobres da China que viviam em áreas rurais estavam cobertas pelo Sistema Médico Cooperativo, no entanto esse sistema foi desmantelado com as reformas de mercado, originando a transferência do peso dos custos de financiamento dos cuidados de saúde do Estado para as famílias.

Apesar das medidas do governo chinês para reduzir a pobreza na China rural, não tem sido suficiente para reduzir o abismo com o rendimento da China urbana. O rendimento

nas cidades chinesas é cada vez superior ao rendimento no campo. Analisando o Índice de Gini da China, o indicador que mede a desigualdade na distribuição de rendimento, variando de zero (quando não há desigualdade) a um (desigualdade máxima), em 2004 era de 0,47. Este indicador tem reflectido o aumento das desigualdades, já que em 2002 era de 0,45 e 0,37 em 1999. Em 1987, no início da abertura económica do país, o mesmo indicador era de 0,32.

O rendimento médio da população urbana é 3,2 vezes maior que a da população rural, segundo dados de 2003 do Departamento Nacional de Estatística da China. Os números da ANE mostram que os 10% mais ricos das cidades chinesas possuem hoje 45% da riqueza do país, enquanto os 10% do campo ficam com apenas 1,4% da riqueza. Os dados indicam que o rendimento médio dos 10% mais ricos do país é 11,8 vezes maior que o rendimento médio dos 10% mais pobres (na sua grande maioria população rural). Há apenas dez anos, segundo os mesmos dados, esta proporção era de apenas 4,1 vezes. Segundo a ONU, nos últimos 25 anos, a desigualdade duplicou na China. O Índice de Desenvolvimento Humano da China (IDH), que leva em conta rendimento, escolaridade e esperança de vida) em 2003 era 0,75, o que coloca o país em 85 lugar numa lista de 177 países.

Analisando o relatório podemos constatar que o desenvolvimento humano é desigual de região para região. É claro que num mesmo país, qualquer que seja esse país, é raro observar um desenvolvimento económico ou social uniforme em todas as regiões, pois elas têm características próprias, recursos naturais e peculiaridades que as distinguem umas das outras.

A China teve progresso rápido, mas concentrado em sua região costeira. Seu PIB ficou ao longo dos anos concentrado nessa região e isso se reflecte também nas exportações do país. O relatório afirma que existem grandes disparidades entre o litoral e o interior

do país, tanto económicas quanto sociais. Essa afirmação é também válida nas comparações entre zona urbana e zona rural.

As regiões costeiras da China obtiveram entre 1978 e 1998 crescimentos de 11% por ano em termos de rendimento *per capita*: *“Ignoring inflation, that means that \$100 in 1978 would have jumped to \$800 just 20 years later”* (Human Development Report 2003). O relatório afirma também que a partir dos anos 90, o crescimento médio das zonas costeiras da China foi de 13% ao ano, cinco vezes maior que na região noroeste do país, localizada longe do comércio da costa.

O interior da China é uma bolsa de pobreza, pois é uma região distante dos portos, tem infraestruturas deficientes e condições biofísicas mais inóspitas do que as regiões costeiras, as quais desfrutam do rápido crescimento sustentado, o relatório afirma: *“the wealth of coastal areas – with their large ports and harbour cities – owes much to exports”* (Human Development Report 2003).

Capítulo 4: Associação da China à Organização Mundial de Comércio

A entrada da República Popular da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) é talvez o principal acontecimento da economia internacional no início deste novo século. Era um objectivo perseguido desde há 14 anos e emerge como o principal marco positivo dos últimos anos, depois de falhada a possibilidade, em Seattle-EUA, de significativos avanços no campo da redução de tarifas. Com a entrada nesta organização, a China está preparada para tornar-se participante integral da economia global. A condição de membro da OMC vai gerar benefícios para a China, mais comércio, impulso nas reformas económicas e atracção de mais IDE.

Pelas dimensões da sua economia – é o sétimo maior exportador mundial (3,9% do total) e o oitavo importador (3,4%), com um PIB de 1,024 milhares de milhões de dólares (853 dólares *per capita*) e 1,3 mil milhões de habitantes (em 2004), o que representa um grande mercado consumidor – a China tem um papel decisivo na economia mundial (Banco Mundial, 2005).

O crescimento constante, nas últimas décadas, do nível de vida da população chinesa é um facto marcante, no meio de tantas tensões internas, como a ameaça de aumento do desemprego, a polarização das classes sociais, a corrupção e o cuidado das autoridades com a presença de capital estrangeiro, e atrasos estruturais ainda presentes, como o fraco desenvolvimento do sistema bancário.

A existência de uma grande comunidade chinesa na região da Ásia-Pacífico, os fluxos crescentes de capitais que entram na China a partir dos países e regiões vizinhas, com destaque para Taiwan e Singapura, e também oriundos das recém incorporadas regiões de Macau e Hong Kong, além de outros países como Japão e Coreia do Sul, estabelecem, assim, uma grande rede de investimentos e laços económicos. E, para além

disso, trazem para a China a possibilidade de se constituir no pólo aglutinador de um novo bloco económico de grandes dimensões, capaz de se transformar, em breve, no principal concorrente dos EUA no âmbito do comércio externo.

A China foi parte contratante do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT em 1947, na sua criação, tendo-se retirado passados dois anos devido ao conflito interno entre nacionalistas e comunistas. O regresso ao organismo foi pedido em 1986, tendo o país sido admitido na OMC – criada em 1994 (como sucessor do GATT). – em Dezembro de 2001. Além de fortalecer e consolidar a dimensão global da OMC, a entrada da China irá criar mudanças estruturais na sua economia e modificações profundas no comércio mundial, neste processo de globalização que se encontra em curso.

Os números do crescimento económico chinês e a velocidade a que se dão as transformações do país reflectem as decisões tomadas a partir de 1978, quando, sob a liderança de Deng Xiao Ping, o país passou a caminhar na construção do "Socialismo de Mercado". Passou-se então a ter como objectivo a modernização da economia, entre outras medidas, com a abertura ao exterior e a implantação de Zonas Económicas Especiais – regiões com toda a infra-estrutura e uma legislação especial para atrair os investimentos directos estrangeiros e também de empresas privadas chinesas. O sistema económico seria, passo a passo, profundamente transformado com a reforma do sistema de planeamento e de controlo dos mercados, do sistema de propriedade, da segurança social e do estatuto das empresas, entre outras acções. O XVI Congresso do Partido Comunista Chinês que conduziu ao poder o novo líder, Hu Jintao, manteve as linhas mestras deste rumo de desenvolvimento, e inovou com a presença, no Partido Comunista Chinês, das “três representações”, com a inclusão de empresários entre seus membros.



Esta nova postura veio suceder à série de mudanças ocorridas no país, a partir da fundação da República Popular da China, em 1949, cobrindo um sinuoso caminho político até o início, em 1978. Esta nova fase de modernização foi iniciada em 1978 com o objectivo de se construir, na China, um sistema de “Socialismo de Mercado”, que dura até os dias de hoje. As chamadas “Quatro Modernizações – da Agricultura, da Indústria, da Cultura e da Defesa” seriam as linhas condutoras das reformas que passariam a ser implementadas.

A reforma do sistema económico compreendia, principalmente, a captação de capital estrangeiro, com preferências e incentivos especiais para as Zonas Económicas Especiais – ZEE’s; a concessão de maior autonomia às províncias; a criação de um estatuto legal para as empresas privadas, e de um conjunto de leis laborais para regular o mercado de trabalho; a criação de um sistema de bolsas de valores e de títulos públicos; a concessão de maior autonomia às empresas estatais e a reforma do sistema financeiro e tributário.

No plano da agricultura, a introdução de tecnologia, a mecanização e um novo sistema de remuneração eram enfatizadas, com a introdução de contratos familiares, a realização de um amplo ajuste de preços. Na indústria, as prioridades eram a abertura ao exterior e a modernização tecnológica. Medidas de reforço da educação seriam, também, empreendidas.

No plano das relações externas, Deng Xiao Ping percebeu a importância da diáspora chinesa, e procurou atrair para o continente os capitais de Hong Kong e dos restantes países da região que contam com uma comunidade significativa de “chineses étnicos”, além de estreitar as relações culturais nestes elos.

O governo chinês moveu-se da atitude de autarcia, até então predominante, para uma relação mais interdependente com o resto do mundo, e iniciou a substituição do sistema

de planificação centralizada pelo esforço de regulação dos mercados pelo Estado. Este movimento foi acompanhado de acções no campo político, que substituíam o dogmatismo até então vigente por um “pragmatismo criador”, mantendo-se o governo na postura de um “autoritarismo flexível”. Os projectos passaram a ser seleccionados por critérios económicos, a partir de análises de longo prazo, e o controle sobre o desempenho macroeconómico passaria a ser realizado por medidas indirectas, como as operações de crédito, a emissão monetária e a compra e venda de títulos públicos. Manteve-se sob controlo estatal directo as áreas de energia, recursos hídricos e minerais, silvicultura e usos do solo, política cambial e parte do sector financeiro, além do controle populacional. O sistema fiscal passou a ser operado no plano central com taxas ao consumo, taxas aduaneiras, o imposto sobre valor acrescentado e o imposto de rendimento, substituído o sistema anterior de cobrança de impostos por região e empresas.

O objectivo da China em viabilizar a sua entrada na OMC exigiu também varias outras acções como a criação de uma base legal para o comércio externo, a reforma dos sistemas de importação e exportação e do sistema de cambio, redução das barreiras alfandegárias e medidas proteccionistas, e a não criação de incentivos à exportação.

Esta abertura da economia chinesa significará a queda das restrições ao uso do yuan/renminbi (RMB) para fins comerciais, uma maior competitividade interna e externa nos mercados de bens e serviços e o aumento do uso de recursos, com um impacto cada vez superior na economia mundial. As mudanças do tipo de produtos e serviços importados e exportados pela China vêm se modificando desde 1978, com a queda na proporção dos produtos agrícolas e o crescimento dos bens industriais, com destaque para os intensivos em trabalho, nos primeiros anos. As mudanças no padrão do comércio

externo chinês, tem acompanhado a transformação na sua estrutura industrial e compreendido vários segmentos industriais.

As políticas empreendidas pela China estão, nos anos mais recentes, em maior conformidade com as regras da OMC. Podemos dar o exemplo da queda do valor médio das tarifas de importação, de 40,3% em 1989, para 7% em 2005.

As quotas serão eliminadas até 2005, e tem havido uma redução geral nas barreiras não tarifárias, que hoje atingem apenas 7,3% dos produtos importados, bastante inferior aos 23,2% em 1998. Grande parte das barreiras actuais concentram-se no sector do aço e equipamentos de transporte.

A política de investimento está também mais aberta, com menos restrições para o estabelecimento de empresas e para a repatriação de lucros. Medidas como exigências de transferências de tecnologia para investimentos directos, e percentagens mínimas de conteúdo local nos bens produzidos por empresas estrangeiras, têm sido gradualmente eliminadas.

A maior presença de produtos chineses no comércio internacional, e a abertura do mercado interno da China, tiveram grande impacto no comércio mundial em diferentes aspectos. Os produtos intensivos em trabalho correspondem actualmente 42% do total das exportações chinesas; os produtos chineses deste segmento representam cerca de 12% do total exportado no mundo, ao passo que as exportações deste segmento de produtos têm diminuído, nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, desde 1985 (OMC, 2004).

O investimento em produtos de alta tecnologia e bens intensivos em capital tem crescido e representam 20% das exportações chinesas, 2,5% do total do mercado mundial. Outros países asiáticos, como Japão, Taiwan e Coreia do Sul, também têm aumentado a sua quota neste segmento de produtos. Esta evolução das exportações

chinesas nos produtos de alta tecnologia e produtos intensivos em capital, reflecte bem o processo de *upgrading* industrial em curso na economia chinesa. O Investimento Directo Estrangeiro (IDE), responde por 50% das exportações chinesas nestes segmentos. As empresas estrangeiras utilizam componentes importados em grande escala, havendo uma tendência para uma competição mais acentuada entre empresas chinesas e multinacionais, com estas a aumentarem a sua presença neste mercado.

Os efeitos externos da adesão da China à OMC serão significativos para os países desenvolvidos, e em vias de desenvolvimento. Países como os EUA, Japão, Coreia do Sul e União Europeia, principais parceiros comerciais, ganham com a abertura do mercado chinês e com as importações mais baratas de produtos chineses. No entanto, estes países vão ter um novo competidor das suas exportações no comércio internacional.

Os problemas relacionados com as leis chinesas, que são diferentes nas várias províncias, e o difícil acesso às entidades estatais chinesas pelas empresas estrangeiras, são questões que podem ser levadas à OMC, e países que se sintam prejudicados podem tomar medidas unilaterais. A China poderá manter imposições em relação à transferência de tecnologia nos contratos de IDE e sofrer retaliações ao abrigo das normas da OMC. Acordos bilaterais, entre países e blocos, podem também ser implementados como formas de retaliação – só no âmbito do GATT existem cerca de 200 acordos bilaterais em vigor.

A China tem procurado acordos regionais, no âmbito da sua política de “diplomacia económica” na região da Ásia-Pacífico. Esta política tem como objectivo manter estes países na sua órbita de influência.

Nos serviços, a remoção das barreiras aumentará o fluxo de IDE e a formação de empresas locais, que vai apoiar outros sectores da economia, mas com consequências

negativas em termos de taxas de lucro neste sector. A China é o décimo importador de serviço em termos mundiais, sendo sexto se incluirmos Hong Kong, e o décimo segundo exportador, sendo quinto se incluirmos Hong Kong.

A entrada da China no *Information Technology Agreement* - que compreende 57 países, representa 90% do mercado mundial e tem como objectivo abolir taxas de produtos relacionados com tecnologia de informação – vai atrair ainda mais investimento de países como o Japão e Coreia do Sul para a China. Esta indústria tem apresentado um excelente desempenho desde a sua entrada na OMC. O país concluiu uma ampla revisão de leis e regulamentos sobre marcas comerciais e direitos de autor, incluindo a protecção de softwares, que foi considerado pela OMC como estando conforme o padrão exigido pela mesma.

A China é signatária do Tratado de Cooperação de Patentes e comprometeu-se a aderir ao *Trade-related aspects of Intellectual Property Rights* - (TRIPS). Esta decisão vai exigir um investimento superior em Investigação & Desenvolvimento, ou uma compra de licenças, que significa um custo adicional na produção.

No sector financeiro, o governo chinês mostrou grande resistência á entrada de bancos estrangeiros no mercado chinês. O sistema actual separa o sector bancário do sector de seguros, com o objectivo de evitar a especulação no mercado de seguros.

As Bolsas de Valores já existem desde 1991, com crescimento de 66% ao ano, apresentam uma capitalização na ordem dos 500 mil milhões de USD em 2005, e têm mais de 1200 empresas a operar nestes mercados.

O mercado de títulos privados está estagnado, pois o governo não demonstra grande interesse no mesmo, sendo o cenário diferente nos títulos do tesouro. As principais dificuldades estão relacionadas com as taxas de juro administrativas.

As 4 principais instituições bancárias estão sob propriedade estatal, em 2002 equivaleram a 54% do total de activos e de passivos bancários do mercado chinês, sendo pouco significativo o sector bancário nacional e privado. O custo de capital para os bancos públicos é baixo, mas os impostos são elevados. Um dos pontos fracos da economia chinesa é precisamente a política laxista de crédito praticada pelos bancos estatais chineses, que praticam taxas de juro baixas (cerca de 1%), e toleram o não reembolso dos empréstimos, sendo a dimensão dos créditos de cobrança duvidosa (um quarto dos seus compromissos) que os grandes bancos estatais detêm, bastante elevada (Bang, 2002).

Os bancos estrangeiros operam com varias restrições, tendo pouco mais de 150 filiais no início de 2000, com um total de 31 mil milhões de USD em activos, representando 20% do mercado de empréstimos de divisas estrangeiras.

No mercado de seguros é esperado um crescimento cada vez mais acentuado com a entrada de empresas estrangeiras. Já existem os segmentos de seguros de vida e acidentes, com uma intensa competição entre empresas chinesas e estrangeiras. A questão da regulação deste sector, face ao facto da separação entre os segmentos bancário e segurador, pode tornar as empresas chinesas pouco competitivas em relação às grandes empresas estrangeiras presentes no mercado.

O levantamento do proteccionismo nos serviços financeiros tem de acontecer até 2005. Serão permitidas a entrada e a fixação de bancos estrangeiros no mercado chinês, e a disponibilização de produtos financeiros tais como o crédito ao consumo e o crédito automóvel. Vão continuar a existir restrições competitivas nos próximos dois anos para empresas estrangeiras. No sector segurador estas mesmas restrições competitivas manter-se-ão por 3 anos e no segmento específico do ramo vida, a presença de empresas estrangeiras estará limitada a 50% do mercado.

Os grupos financeiros estrangeiros já presentes no mercado definiram objectivos, a médio prazo, de obtenção de lucros, após um período inicial de perdas. Alguns grupos internacionais têm optado por *joint-ventures* com bancos locais.

Em relação à política cambial chinesa, cada vez mais existiam pressões internacionais para a alteração da mesma. Não existe a obrigação de tornar o yuan/renminbi (RMB) conversível no curto/médio prazo. Já em 2005, a China alterou a política cambial do país, supostamente para permitir uma valorização do yuan/renminbi (RMB). Esta medida veio atenuar as críticas de *dumping* dos parceiros comerciais, que acusavam a China de desvalorizar artificialmente o yuan/renminbi (RMB), dando às exportações chinesas uma vantagem competitiva desleal e desequilibrando o comércio global.

É um regime cambial mais flexível baseado na oferta e procura do mercado, passando a haver uma referência em relação a um cabaz de moedas, e não só face ao dólar (USD).

Depois do imobilismo de vários anos, pode ser o início de um ciclo, de gradual e lenta apreciação, da moeda chinesa, após a forte pressão internacional que exigia o fim do desajustado regime de câmbios fixo. Está assim criado um regime de câmbios vigiados que dá espaço a apreciações do yuan/renminbi (RMB), sobretudo, a médio/longo prazo.

As repercussões e implicações podem vir a ser as mais variadas para a China, num período de tempo bastante alargado: diminuição dos actuais conflitos comerciais entre a China, a Europa e os EUA; a adopção de um regime cambial mais flexível, conduzido cada vez mais pelas forças do mercado, contribui para uma política monetária mais independente, futuramente com um único objectivo de manter a estabilidade dos preços.

Outras críticas relacionadas com este *dumping* são as políticas públicas de subsidiação e benefícios fiscais às empresas exportadoras. Todas elas permitindo o aparecimento nos mercados ocidentais de produtos cujo preço final em certos casos, não comporta sequer o custo das matérias-primas neles incorporados. Existem outras práticas ilícitas, e

porventura graves, como a generalização da contrafacção e o recurso ao trabalho infantil.

Esta adesão à OMC vincula a China, de forma inexorável, à necessidade de profundas reformas internas no seu sector económico, que podem até passar por novos ventos de democratização do seu sistema político. O calendário para o desmantelamento das múltiplas protecções ao comércio é apertado, e complicado para a pesada economia estatal chinesa, apenas minorada com os esperados efeitos em matéria de novos postos de trabalho, decorrentes de uma economia revigorada, e de novos fluxos de capital estrangeiro. Do sector bancário à agricultura, passando pelas telecomunicações e pela indústria automóvel — dentro da OMC as tarifas às importações de veículos vão reduzir-se para 25%, quando agora variam entre 80 e 100% — poucos vão ser os sectores que resistirão a profundas transformações, acelerando a necessidade de radicais transformações no seu tecido empresarial.

O ingresso na OMC foi positivo para a China e para o sistema económico mundial. A condição de membro deverá auxiliar a China a sustentar o crescimento económico à medida que prossegue com o programa de reformas estruturais. Embora a China esteja sob pressão para obedecer às normas internacionais, e cumprir totalmente com seus compromissos com a OMC, é importante lembrar que nas disputas comerciais futuras a China também terá possibilidade de recurso aos mecanismos da OMC, nas queixas comerciais contra outros países membros. Apesar dos desafios que tem pela frente, é inquestionável que a entrada na OMC é uma escolha positiva para a China e para o sistema económico mundial. A condição de membro da OMC ligará inevitavelmente a China à comunidade económica global, eventualmente trazendo mais oportunidades de emprego e investimento, e maior estabilidade social. Os resultados em 2005 foram um crescimento das exportações em 28% — e isto numa economia que ao longo das

últimas duas décadas tem aumentado as suas exportações a uma média de 20% ao ano, com as importações a crescerem 17% (ver anexo 7). As previsões apontam para um ponto percentual extra no crescimento económico ao longo da próxima década, a duplicação do investimento estrangeiro nos próximos cinco anos e a consequente descida da taxa de desemprego. Os restantes países beneficiarão de mais oportunidades de exportação na China, aumento da criação de emprego interno e opções mais diversificadas para investimentos externos. A crescente interdependência, criada com esta entrada na OMC por parte da China, também deverá ajudar a fomentar mais bom senso comum com o resto do mundo em amplas questões relevantes para a estabilidade económica, segurança e prosperidade global.

Capítulo 5: China: Tigre Asiático e Ameaça Regional

A evolução da Ásia a partir do fim da Guerra Fria e do desaparecimento da União Soviética foi rápida e profunda, gerando uma nova realidade. O continente asiático esteve, neste século, submetido a uma série de divisões, criando fronteiras entre as regiões: o anel insular sob controlo norte-americano, a massa continental socialista (dividida desde os anos 60 entre a RP da China e a Sibéria e Ásia central soviéticas), o sub-contidente indiano influenciado pelo neutralismo, o sudeste asiático em conflito e em disputa tal como outra região asiática, o Médio Oriente.

5.1 Posição geoestratégica da China na Ásia

O estatuto e a posição internacional da China pós-guerra fria foram alterados significativamente. Desde logo, deixou de existir o jogo triangular da bipolaridade e, nesse sentido, a China, tal como a Rússia, perdeu o seu lugar no centro do sistema internacional, preenchido exclusivamente pelos Estados Unidos da América. Por outro lado, o fim do império soviético e a mudança do regime levaram a um declínio acentuado da Rússia, cuja posição como segunda potência na hierarquia internacional passou a ser ocupada pela China, onde a estabilidade política garantiu a continuidade de um ciclo de crescimento económico acelerado nos últimos vinte anos. Esta desintegração da URSS também se aprofundou ainda mais a normalização sino-soviética, realizada com a *Perestroika* de Gorbachov. Desde então, a cooperação entre a Rússia e a RP da China tem sido intensa nos campos económico-comercial, tecnológica-militar, diplomático e de segurança. Especialmente importante tem sido as vendas de armamento sofisticado e a transferência de tecnologia avançada no campo aeroespacial e nuclear. A normalização das relações sino-russas, por outro lado, também permitiu a

integração progressiva da Sibéria no dinamismo económico da Ásia-Pacífico, seja por investimentos directos estrangeiros, seja por via da cooperação bilateral com o socialismo de mercado chinês. A implantação de um grande número de *joint-ventures*, envolvendo as mais curiosas parcerias (por exemplo, sino-sul-coreanas), está transformando estruturalmente a geografia económica da região siberiana e, conseqüentemente, a geopolítica da Ásia.

A normalização política que se seguiu aos acordos de paz do Camboja em 1992 terminou com o isolamento da Indochina em relação aos restantes países do sudeste asiático. Esta nova dimensão diplomática, associada ao dinamismo económico da região, propiciou o reaproximar sino-vietnamita e uma crescente cooperação de Beijing com a ASEAN. Embora se ressalte muito uma tendência do "expansionismo chinês" na região devido aos conflitos diplomáticos criados com a presença de navios de guerra chineses junto das ilhas Spratly (cerca de 190 ilhas, recifes, atóis, numa área de 150000 milhas quadradas no Mar do Sul da China), ricas em petróleo e gás natural, que são reclamadas não só pela China, que as considera historicamente suas tal como por Taiwan, Vietname, Filipinas, Malásia e Brunei. Mas a verdade é que tanto os interesses económicos como a criação de um diálogo permanente no campo da segurança, têm criado uma situação de crescente cooperação entre a China e o sudeste asiático. Desta forma, não apenas desapareceu o fosso que separava a Indochina da ASEAN, como também se iniciou um crescente relacionamento económico e político da China com toda a região, na qual o conflito na Indochina, anteriormente contribuía para isolar os vários países.

Outra região que possuía uma dinâmica própria e uma inserção internacional específica, e que hoje começa a vincular-se ao dinamismo da Ásia Oriental, é o sub-contidente indiano. A Índia adoptou um modelo de desenvolvimento baseado na substituição de

importações e era aliada da URSS no plano estratégico devido á ameaça da China, apesar de sua diplomacia neutralista centrada no não-alinhamento e no Terceiro Mundo. Tudo isto projectava a Índia mais para o cenário do Oceano Índico do que para a Ásia-Pacífico. Com o colapso da União Soviética, a ascensão económica da Ásia Oriental e sudeste, os efeitos da globalização económica, a normalização das relações da China com seus vizinhos, levaram a Índia tanto a abrir sua economia, como a normalizar as relações com a China e a integrar-se ao ciclo de desenvolvimento asiático. Evolução idêntica ocorreu com Myanmar, onde a junta militar que está no poder fomenta a captação de investimentos estrangeiros e a inserção na economia mundial, enquanto consolida um regime autoritário e procura o apoio da China.

Quase simultaneamente, o espaço geopolítico asiático ampliava-se ainda mais com o surgimento de novos Estados, resultado do desmembramento da URSS. A antiga Ásia Central Soviética, detentora de uma posição estratégica privilegiada e de imensos recursos naturais, entre os quais petróleo, inicialmente manteve sua dependência em relação à Rússia, no quadro da Comunidade de Estados Independentes (CEI). Mas o rápido declínio económico, militar e diplomático da Rússia levou o Cazaquistão (que solicitou sua adesão a ASEAN), Uzbequistão, Tadjiquistão, Quirguistão e o Turquemenistão a procurar novas alternativas, inclusive porque as outras potências da região Irão, Turquia, Arábia Saudita, Paquistão, Índia e China, por razões económicas, políticas e por determinadas ligações históricas, étnicas e religiosas, não permaneceram passivas face ao vazio de poder criado na região, tornando essa região prioritário em termos diplomáticos. Assim, além de ampliado, o conjunto asiático tornou-se mais diversificado, com a abertura de uma "nova fronteira" económica e política.

A independência dos países muçulmanos da antiga Ásia Central Soviética, por outro lado, afectou directamente o Médio Oriente, colocando-o em contacto directo com a

Ásia. Como foi mencionado anteriormente, outras potências regionais como a Turquia, Irão, Arábia Saudita e Paquistão, lutam por estender sua influência à Ásia Central, sendo o interminável conflito no Afeganistão um dos pivôs do novo jogo geopolítico na região. Além disso, a fronteira que antigamente separava a URSS do Médio Oriente, desapareceu com a formação dos novos Estados. Hoje, por esta região sensível, definida em fins dos anos 70 como o “Arco das Crises” (Zbigniew Brzezinski), circulam armas convencionais e não-convencionais russas, muitas vezes à margem dos governos. Esta é uma das lógicas da presença americana na região desde a Guerra do Golfo, que assim procura ter um acesso directo aos recursos económicos da Ásia central. Os Estados Unidos também estão muito atentos a toda esta área da Ásia Oriental e Pacífico devido aos seus interesses nessa região. Os principais focos de tensão continuam a ser a divisão da Coreia e, sobretudo, a questão de Taiwan, dois conflitos que envolvem directamente a China, bem como os Estados Unidos e o Japão. De certo modo, ambos se tornaram mais perigosos e difíceis nos últimos anos. A Coreia do Norte ficou reduzida à sua aliança com a China. Este regime norte-coreano pela sua imprevisibilidade e pela capacidade de produção e exportação de armas de destruição massiva é considerado uma ameaça regional. A República Popular da China não pode deixar cair o regime comunista coreano, nem tem os meios para o controlar, nem para comandar uma estratégia de unificação, e partilha com os Estados Unidos os riscos da paralisia num conflito instável, onde uma escalada envolveria, contra a sua vontade, três ou quatro grandes potências.

5.2 A questão de Taiwan

O problema de Taiwan é sério e interessante de ser analisado. Por um lado, a República Popular da China é a única grande potência cujo território nacional ainda está dividido,

em consequência dos efeitos remotos da guerra civil. Por outro lado, Taiwan, um dos "tigres asiáticos" e o principal investidor externo na economia continental chinesa, tornou-se uma democracia pluralista, realçando a diferença entre o seu regime e o autoritarismo comunista e fortaleceu as suas alianças com os Estados Unidos da América e o Japão. A China não pode admitir, indefinidamente, a persistência de Taiwan como uma entidade autónoma separada, nem impor a sua vontade pela força à primeira democracia chinesa, pois uma invasão da ilha Formosa significaria uma escalada com os Estados Unidos e a possibilidade real de um confronto nuclear na região. A divisão prejudica o prestígio da China e a sua projecção asiática, mas em Taiwan a mudança é improvável. Para os líderes chineses da República Popular da China não existe outra solução que não seja a simples integração de Taiwan na República Popular da China, de acordo com a doutrina oficial de "um país, dois sistemas". A diferença social, política e económica entre os dois Estados são enormes e não vai esbater-se antes do próximo século. É difícil imaginar que um país, onde escasseiam quadros e o pensamento oficial se impõe a toda a sociedade venha a conseguir um desenvolvimento económico capaz de se articular com o do Taiwan. Com tantas interrogações ainda está por responder a questão sobre a forma como a China Continental irá recuperar a Formosa. Uma guerra parece pouco provável. Apesar do exército da República Popular da China seja muito superior ao da Formosa a verdade é que dificilmente conseguiria alcançar a ilha. Um ataque nuclear é pouco provável, porque destruiria totalmente as cidades da Taiwan e todo o mundo reprovava a sua acção, além disso poderia levar a um envolvimento dos Estados Unidos da América. Por isso mesmo a China está a mudar radicalmente a sua estratégia militar e os meios associados. A estratégia da China é agora virada para a capacidade ofensiva designada por "defesa activa", ou seja, "capacidade para entrar numa guerra limitada, altamente

tecnológica, com os seus vizinhos, em especial da periferia marítima" (IDN, 2004). Para consubstanciar esta nova estratégia a China tem no topo das suas prioridades a modernização da Marinha, seguida pela Força Aérea e pela constituição de forças de reacção rápida. Por outro lado, como contrapartida, o Exército de Libertação do Povo está a ser reduzido em 500.000 efectivos. Vários relatórios do Pentágono apontam que a China pode estar actualmente a gastar até 90 milhares de milhão USD por ano com sua Defesa, só em 2005, foi anunciado um aumento de 12,6% nas suas despesas de Defesa. Para o EUA, representa uma deterioração do equilíbrio no estreito de Taiwan. É clara a incapacidade da China de competir com os EUA numa base global, o que não significa que não possa desafiar os EUA na Ásia Oriental. Se, por exemplo, Taiwan resolvesse declarar a independência é provável que a China interviesse militarmente independentemente das questões económicas inerentes a uma guerra ou dos custos militares. Mas seria improvável ganhar uma tal guerra e a política prudente de ambos os lados podem tornar essa guerra improvável. Se o crescimento da China continuar pacífico, promete trazer grandes benefícios para o seu próprio povo, vizinhos e restante humanidade.

5.2.1 Dimensão Económica das Relações República Popular da China-Taiwan

A crescente dimensão económica da relação entre a RP China e Taiwan, com um volume de investimentos proveniente de Taiwan na RPC na ordem dos 40 mil de milhões USD e o um crescente comércio bilateral, só em 2005, Taiwan foi o 5º parceiro comercial da China com valores na ordem dos 91 mil milhões USD, poderiam levar a crer que existe uma unanimidade de pontos de vista sobre a visível integração entre os dois lados do estreito (ver anexo 8).



Na prática, contudo, existe competição entre as duas economias. As relações comerciais entre RP China e Taiwan tiveram início na década de 80, quando a economia da RP China iniciou seu processo de abertura ao exterior. Tal processo foi bem aproveitado por Taiwan, que se encontravam em fase de reorganização de suas vantagens competitivas, sendo conveniente transferir para o continente suas indústrias menos avançadas, de utilização intensiva de mão-de-obra e mais poluentes em termos ambientais.

Assim, permitia-se a Taiwan elevar as indústrias locais a um patamar tecnológico mais avançado, enquanto suas exportações de menor valor agregado passavam a usufruir das quotas concedidas pelos países industrializados à RP China. A RP China, no entanto, passou, também, a reorganizar as suas próprias vantagens competitivas, iniciando a produção de bens semelhantes aos produzidos pelas indústrias de Taiwan instaladas na RP China. Paralelamente, apesar das restrições impostas por Taiwan aos limites de investimentos que poderiam ser feitos no outro lado do estreito, a economia chinesa tornou-se forte competidora de Taiwan, na procura de capital disponível na ilha.

Criou-se, nessa perspectiva, toda uma rede de vínculos empresariais, comerciais e financeiros, que geram tanto complementaridade, quanto conflito, a exigir a criação de instituições capazes de gerir tais interesses. Enquanto permanecer o impasse político sobre o reconhecimento mútuo da governabilidade de cada uma das partes, contudo, aumentará a possibilidade de que disputas no campo económico possam reflectir-se no aumento de tensões na dimensão de segurança.

Daí, a tendência mais favorável, para um cenário futuro ideal, nas relações entre ambos, ser a já concretizada adesão da China e de Taiwan à Organização Mundial do Comércio e a outros órgãos reguladores da economia mundial, para que as normas de mercado venham a ser controladas, nesta parte do mundo, por entidades supranacionais.

5.3 Os Processos de Integração na Ásia

As organizações multilaterais não constam da prática corrente dos Estados asiáticos. Mas o *boom* económico e o desanuviar dos constrangimentos próprios do anterior sistema bipolar, levaram ao aumento substancial das trocas comerciais entre os países da região, com o conseqüente aumento da vontade em institucionalizar novos mecanismos de contactos multilaterais.

A verdade é que não existe uma identidade regional asiática — o que aproxima os Estados são muito mais considerações geopolíticas e geoeconómicas do que um sentido natural de comunidade ou de homogeneidade. Heranças culturais e coloniais diversas, rivalidades e desconfianças históricas, a convivência de sistemas políticos distintos, bem como a presença de todas as grandes religiões mundiais, não favorecem um "espírito asiático".

A primeira iniciativa asiática concreta de desenvolvimento de um plano regional de cooperação ou de integração, no plano económico, surgiu em 1965, com a formalização da proposta apresentada pelo professor japonês Kiyoshi Kojima de criação de uma zona de comércio livre - Pacific Asian Free Trade Area (PAFTA).

A motivação para essa primeira tentativa deveu-se, entre outros factores, dos receios em relação ao crescimento dos blocos regionais e da sensação de que poderiam criar entraves para o acesso ao mercado mundial.

A proposta previa como membros plenos os Estados Unidos da América, Japão, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, com a possibilidade dos países em desenvolvimento da região aderirem como membros associados. No entanto, essa proposta não foi bem aceite no Sudeste Asiático devido à ênfase na forte presença ocidental, mas na realidade, o factor fundamental para seu fracasso foi a indisponibilidade dos Estados

Unidos da América em participar de planos de cooperação regional que pudessem afectar os seus interesses.

Ainda que não tenha obtido êxito formal, a proposta do professor Kojima, como reflexo de uma preocupação regional sobre as questões económicas, propiciou o desenvolvimento de uma série de conferências com o objectivo de reflectir sobre as possibilidades de cooperação regional. É necessário frisar que essas conferências, as quais vão caracterizar o processo de integração asiático, abandonam completamente as perspectivas de zonas de comércio livre e vão se concentrar especificamente nas questões de cooperação, entendendo-se cooperação não como integração, mas como coordenação.

É exactamente essa ideia de coordenação de políticas económicas que vai gerar as seguintes conferências: Pacific Trade and Development Conference (PAFTAD); Pacific Basin Economic Council (PBEC) e Pacific Economic Cooperation Conference (PECC). Os participantes são essencialmente académicos, muitos com experiência política em governo. As reuniões destinam-se, primeiro, à consideração e análise dos aspectos de política económica com importância para os países do Pacífico. Da mesma forma que a PAFTAD, o PBEC, constituído em 1967, é uma organização não-governamental que opera como uma rede de relações comerciais, com o objectivo de estabelecer um ambiente mais favorável para os negócios nesta região. Em outras palavras, trabalha na perspectiva de coordenação de políticas que possam influenciar governos e organizações internacionais na manutenção de políticas de mercados livres e na diminuição de barreiras ao comércio e ao investimento.

No final dos anos 70, enquanto nos Estados Unidos, com base no Relatório Patrick-Drysdale, encomendado pelo Senado, crescia a expectativa de implementação de uma Comunidade no Pacífico, no Japão a perspectiva era antes da necessidade superar a

diversidade cultural da região e ressentimentos históricos entre os vários Estados asiáticos, para existir uma organização centrada na integração económica.

Com base nesta visão japonesa, em 1980, inicia-se a série PECC, com a presença de delegações de 11 países: os cinco desenvolvidos (Estados Unidos da América, Japão, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), os cinco membros da então Association of Southeast Asian Nations - ASEAN (Malásia, Indonésia, Singapura, Filipinas e Tailândia) e a Coreia do Sul. Cada delegação tem uma composição tripartida: um representante do meio académico, um do sector privado e um do sector governamental.

Enquanto essas iniciativas de cooperação processam-se no Leste Asiático, surgem diferentes propostas voltadas para a questão da segurança no Sudeste Asiático, já desde o tempo do final da Segunda Guerra Mundial, culminando com a criação da ASEAN, em 1967. A criação da ASEAN só foi possível após a solução parcial das reivindicações territoriais envolvendo principalmente Indonésia, Malásia e Filipinas; da separação de Singapura da Federação Malaia e a instalação de governos mais pró-ocidentais na Indonésia com a deposição de Ahmed Sukarno em 1965 e, nas Filipinas, com a tomada do poder por Ferdinando Marcos em 1966. Apresentada como tendo o objectivo de promover o crescimento económico, a ASEAN, na realidade, tinha a missão de travar o avanço do comunismo.

São apontadas três fases de evolução desde a sua criação: a primeira corresponde ao processo de manutenção da segurança regional, evitando a transformação dos regimes políticos nacionais em comunistas e colaborando para a diminuição dos conflitos internos, bem como para a estabilidade fronteiriça entre os estados-membros. A segunda fase, com maior ênfase nos anos 80, abrange o período em que o Sudeste Asiático se insere no processo de desenvolvimento económico asiático, por intermédio da transferência de empresas e investimentos tanto do Japão como dos Tigres Asiáticos. A

terceira fase, já no pós-Guerra Fria, representa uma nova definição dos seus objectivos. De um lado, o lançamento do projecto de criação de uma zona de comércio livre Free Trade Area (AFTA) em 1992, com o objectivo de reduzir gradualmente as barreiras alfandegárias até 2008. E, por outro lado, ampliar o papel de garantia da segurança estratégica, não só do Sudeste Asiático, mas incluindo toda a região da Ásia-Pacífico através do Asean Regional Forum (ARF).

Este Fórum Regional (ARF) foi institucionalizado em 1993 com carácter intergovernamental para discussão das questões políticas e de segurança. No início, foram incluídos como participantes do ARF, os membros da ASEAN (Brunei, Singapura, Malásia, Indonésia, Filipinas e Tailândia), os sete maiores parceiros comerciais (Estados Unidos da América, União Europeia, Japão, Canadá, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia), dois convidados (China e Rússia) e três observadores (Vietname, Laos e Papua-Nova Guiné).

A integração do ARF dentro da ASEAN decorreu, pelo facto de ser a única organização na região com um fórum de diálogo estabelecido e de já ter uma significativa importância na arquitectura da segurança regional através dos princípios do Tratado de Amizade e Cooperação, pelo qual se assegura que nenhum membro procurará resolver suas disputas pelo uso da violência.

Utilizando o mesmo canal da ASEAN e a experiência das conferências PAFTAD, PBEC e PECC, criou-se a Asia-Pacific Economic Cooperation Forum (APEC) com um carácter essencialmente económico e como um fórum informal em resposta ao crescente regionalismo económico e, conseqüentemente, para discussão de questões económicas e ampliação da cooperação regional.

Constituída em 1989 com 12 membros: Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, Japão, Coreia do Sul, Nova Zelândia e os seis membros da ASEAN (Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipinas, Brunei e Singapura), a APEC conta hoje com 21 membros.

De sua criação até 1992, a APEC caracteriza-se pela ausência de propostas concretas que pudessem levar a ter uma actuação mais activa no contexto regional. A primeira questão seria a participação dos Estados Unidos da América, de uma forma genérica concebida como factor de estabilidade para a segurança regional e de instabilidade especificamente para o comércio e para outras áreas correlacionadas, a partir das suas constantes críticas quanto às condições sociais, direitos humanos e pressões sobre direitos de propriedade intelectual. Deve-se notar que a proposta inicial excluía os Estados Unidos da América e o Canadá, principalmente devido às mudanças no proteccionismo norte-americano em relação ao Pacífico e devido a um posicionamento contrário à participação dos Estados Unidos da América num mesmo organismo com o Japão, devido ao receio do relacionamento bilateral monopolizar as actividades da organização.

Na realidade, esta questão da presença norte-americana em organismos regionais asiáticos estava igualmente na base da proposta do Primeiro-Ministro da Malásia, Mohamad Mahatir sobre a criação East Asian Economic Grouping (EAEG). O EAEG previa somente a participação de Estados asiáticos, sob a liderança do Japão, excluindo os Estados Unidos da América, Canadá, Nova Zelândia.

De outro lado, havia a opinião favorável à presença dos Estados Unidos da América, devido ao receio de predominância do Japão. Nesse sentido, Malásia e Tailândia preocupavam-se com o predomínio norte-americano, enquanto Singapura achava que a ausência dos Estados Unidos da América e a ameaça de um *bloco do yen*. Já a Indonésia questionava se um ou outro isoladamente teria condições de liderar o processo.

defendendo que a presença de ambos seria favorável às economias abertas da região. Porém, os Estados Unidos da América conseguiram sua participação devido às suas pressões e ao pedido japonês de sua inclusão.

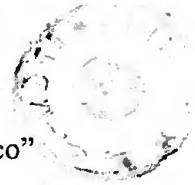
A proposta inicial para o estabelecimento da APEC era vista como uma resposta à emergência de blocos regionais, principalmente na Europa e na América. Estas divergências de posições decorriam principalmente de factores regionais, como o surgimento de um novo regionalismo e a dificuldade do Japão em assumir um novo papel tanto no contexto regional e internacional.

Desde sua constituição e, principalmente, nesse primeiro momento, está bem patente a perspectiva de ser um mecanismo que está procurando a sua razão e sentido de existência, decorre do reconhecimento da necessidade e do interesse de desenvolvimento da cooperação no âmbito regional, porém com um carácter muito vago.

Independentemente dessa aparência de indefinição de objectivos e de estratégias, pode-se analisar a APEC como o resultado de um processo de interacção das perspectivas americanas e asiáticas do Pacífico, dentro da disputada económica e comercial entre o Japão e os Estados Unidos da América.

Ficou claro nos momentos iniciais da APEC, que a sua proposta não é de estabelecimento de um mecanismo de integração económica nos moldes da União Europeia, mas também é mais que um simples fórum de coordenação política das questões económicas regionais.

A partir de 1993, na reunião de Seattle-EUA, a perspectiva de liberalização comercial tornou-se fundamental na agenda da APEC. Na reunião de Seattle, presidida pelos Estados Unidos da América, procurou-se estabelecer, em primeiro lugar, uma estrutura de comércio e investimento para uma futura liberalização de comércio e investimento.



Em segundo lugar, o relatório “Para uma comunidade económica da Ásia-Pacífico” propõem que a APEC acelerasse a cooperação económica com vista ao estabelecimento de um regime de comércio e investimento livre na região. E, em terceiro, procurou-se obter um consenso mútuo de apoio à conclusão do Uruguai Round do GATT.

Na reunião na Indonésia, em 1994, deu-se sequência ao objectivo de estabelecimento da zona de comércio livre, com um programa de adaptação até 2010 para os países desenvolvidos e até 2020 para os em vias de desenvolvimento. Permaneceu, no entanto sem esclarecimento, a questão de definição de quais membros desenvolvidos e quais estavam em vias de desenvolvimento. Esta disposição para definição de uma zona de comércio livre decorria principalmente das intenções norte-americanas e dos países ocidentais membros, sofrendo uma oposição dos membros asiáticos, principalmente do Japão e da Malásia.

Na próxima reunião, sob liderança japonesa, em 1995 em Osaka, a perspectiva de transformação da APEC numa zona de comércio livre é praticamente descartada. Essa reunião vai se caracterizar pela retoma da via asiática, pela definição da ideia de regionalismo aberto, segundo o qual as vantagens tarifárias que os membros da APEC concederem mutuamente devem ser estendidas a todos os estados não-membros, via cláusula da Nação Mais Favorecida (NMF) e sem qualquer exigência de contrapartida. Além disso, flexibilizou os prazos de liberalização comercial, deixando ao critério de cada estado-membro a decisão sobre os prazos e o calendário para implementação dos seus compromissos de liberalização.

5.4 Integração chinesa na Ásia-Pacífico

A emergência da China como potência económica na região ameaça a maioria dos tigres asiáticos. Uma tendência que só poderá ser agravada à medida que os efeitos da adesão

à OMC tornem as apostas empresariais ainda mais seguras, o mercado chinês mais aberto e a competitividade das suas exportações para a Ásia mais difícil de contrariar.

Nos últimos anos, excluindo o Japão, a China foi responsável pelo aumento em 40% dos laços comerciais entre os países asiáticos. Pequim assumiu-se como um elo decisivo no comércio intra-regional e na cadeia de produção asiática, aproveitando todas as vantagens derivadas dos baixos custos da mão-de-obra e dos apetites provocados pelo seu vastíssimo mercado.

Desde sua integração em 1991 na APEC, a China participa activamente nas acções promovidas por esta organização, criando um bom ambiente para a reforma e abertura ao exterior do país e impulsionar as relações entre a China e todos os membros da APEC. A Ásia Pacífico Economic Cooperation (APEC) surgiu em 1989 com o objectivo de dar resposta á crescente interdependência entre as economias desta região. O conjunto das suas economias representa 55% do PIB mundial e 46% do comércio internacional.

O futuro vai certamente obrigar os rivais asiáticos a reestruturarem as suas economias, de forma a complementar, em vez de decalcar, as oportunidades da economia chinesa. Até porque, se é verdade que a China cresceu muito rapidamente nos últimos anos, a sua margem de progressão é ainda imensa. Afinal, em 2005 o PIB nominal chinês é apenas metade do PIB do Japão e um sexto do PIB dos EUA, e o comércio do país mais populoso do mundo – 20% da população do planeta – representa apenas 6% do comércio global.

5.5 A diáspora chinesa

No passado bastante longínquo, as populações chinesas desciam rumo ao Sul pelas costas da península Indochina. Mais tarde, iniciado este milénio, os mercadores

chineses começaram a implantar-se numerosamente nas costas dos mares meridionais. As grandes expedições de Zheng He (de 1405 a 1433) contribuem para reforçar a presença chinesa, nomeadamente na periferia do Mar da China do Sul. Desde meados do século XIX, após as guerras do ópio e a abertura forçada de portos chineses, até à Segunda Guerra Mundial, a fome, a insegurança, a instabilidade política e o crescimento populacional, levaram cerca de 15 milhões de chineses a deixarem a China e a implantarem-se na Ásia do Sudeste, que conhecia um período de crescimento económico, sob domínio europeu. Numerosas comunidades chinesas também se deslocaram, no início dos anos 30, para Estados e territórios que necessitavam de mão-de-obra (Brasil, EUA, Canadá, Austrália). Os países próximos da China, como Hong Kong e Taiwan, bem como os EUA, o Canadá, Austrália e Reino Unido receberam ainda milhões de chineses que fugiam da sua pátria após a vitória comunista em 1949.

Com a "política de porta aberta" da China, desde finais dos anos 70, as partidas da China continental foram sempre numerosas e sob formas diversas: grupos familiares, estudantes, migrações clandestinas, de preferência, mais uma vez, para os EUA, o Canadá e a Europa.

Hoje, a diáspora chinesa e ao grande número de comunidades chinesas espalhadas pelo mundo, nomeadamente na Ásia do Sudeste, na América do Norte e na Europa, são atribuídos papéis fundamentais como uma das responsáveis pelo actual crescimento das economias asiáticas orientais, nomeadamente da China.

Capítulo 6: Principais Conclusões e Perspectivas para a China no século XXI

Meio século após a proclamação da República Popular da China, este país continua a ser considerado, por muitos, como uma nação fora dos padrões correntes do comportamento internacional. Nos anos 90 esta imagem ficou marcada após a repressão sangrenta sobre os estudantes chineses na Praça Tiananmen, que estigmatizou a China como um regime repressivo, sendo acusada de violar os direitos humanos e oprimir minorias étnicas, passando a ser vista, por muitos como um adversário ideológico e geopolítico. Mesmo o seu desenvolvimento económico passou a receber algumas críticas devido aos seus custos sociais e ambientais. Tendo sido um pivot na estratégia anti-soviética dos EUA, nas décadas anteriores, o seu potencial militar é hoje apontado como ameaça internacional.

É natural que a importância da China na cena mundial continue, muito provavelmente a crescer, e a sua participação na política internacional seja cada vez mais activa. A China é um pilar importante da sociedade global, juntamente com os EUA e a União Europeia. Possui um quinto da população mundial, uma economia dinâmica e relevante no contexto da economia mundial. A China continental é o principal mercado para os países da região Ásia-Pacífico, Rússia Oriental, para as repúblicas da Ásia-Central e Índia.

6.1 Identidade e rumo para China no século XXI

A Revolução Chinesa combinou duas dimensões complementares: uma de vertente social, com o objectivo de transformação das estruturas do mundo camponês (reforma agrária, emancipação da mulher, industrialização); e o “maóismo”, que tratava de garantir a soberania do país e do regime, implantado em 1949. Assim, nos anos 50 a

segurança foi prioridade, obtida através da aliança com a URSS. Nos anos 60, a independência e a autonomia passaram a ser as metas, originando o conflito sino-soviético. Nos anos 70, a modernização e o desenvolvimento tornaram-se tarefas estratégicas, que implicavam a normalização das relações com os países ocidentais.

Após vinte anos de marginalização internacional, e de complicadas experiências e conflitos internos, a China, com esta aproximação ao Ocidente, passou a ocupar o lugar de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1971, substituindo Taiwan. Durante a década de 70, enquanto se procedia com a renovação da elite dirigente, a inserção internacional da China era empreendida com sucesso, num processo complementar, tal como a política de reformas e modernização, sob a liderança de Deng Xiao Ping. Com a política de distanciamento da URSS, conseguiu um tratamento privilegiado em termos económicos (comércio, investimentos e cooperação tecnológica) no Ocidente. As reformas na agricultura eliminaram vários pontos de estrangulamento da economia, permitindo a aceleração da industrialização, com o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo para o mercado interno. O estabelecimento das Zonas Económicas Especiais permitiu a criação de plataformas de exportação, que obtiveram divisas estrangeiras, investimentos e tecnologias.

A estratégia das "Quatro Modernizações" (indústria, agricultura, defesa e tecnologia) encerrou definitivamente o "maoísmo", ainda que a figura do "Grande Timoneiro" continue sendo respeitada dentro do Partido Comunista Chinês e pela população. Isto implica num outro aspecto crucial: a passagem da ênfase na luta de classes para a ênfase na modernização económica, com o objectivo de apontar para a próspera diáspora chinesa a intenção de promover a reconciliação nacional. A fórmula de um país, dois sistemas procurava, precisamente, a reintegração dos territórios coloniais de Hong Kong

(1997) e Macau (1999), atrair capitais e recursos humanos das comunidades de chinesas do sudeste asiático, e reunificar o país, com a integração de Taiwan.

Esta estratégia teve notável sucesso nos anos 80, com a economia a crescer. A profunda mudança também gerou instabilidade: divergências no partido sobre os limites das reformas, surgimento do desemprego, aumento da criminalidade e da corrupção, e desequilíbrios sectoriais e regionais. Além disso, o fim da Guerra Fria, no contexto da *Perestroika*, fez com que a China deixasse de ser atractiva enquanto aliado para os EUA. No mesmo sentido, o sucesso de seu desenvolvimento, tal como o desenvolvimento de toda a Ásia oriental, passou a ser visto pelo Ocidente como uma ameaça crescente.

Neste contexto, em 1989, quando os regimes da Europa de Leste entram em ruptura, ocorreu a manifestação de Tiananmen e a sua respectiva repressão: o bloco soviético desaparecia, enquanto o socialismo do terceiro mundo sobreviveu na Ásia. Chegou a surgir a ideia de que os dias do “milagre económico” e do regime chinês estavam á beira do fim, pois eram crescentes as pressões internacionais envolvendo direitos humanos, tais como a ressurreição da questão do Tibete no Ocidente, o embargo comercial e a emergência de um discurso independentista em Taiwan. Mas o país resistiu, o próprio conflito pela sucessão de Deng Xiao Ping nunca ocorreu, e a reincorporação de Hong Kong deu-se sem qualquer problema, tal como Macau. É o único país em vias de desenvolvimento a fazer parte do poder político mundial: tem uma indústria aeroespacial, sistema autónomo de mísseis, arsenal nuclear e integra o Conselho de Segurança da ONU. Além disso, sua economia atingiu um certo grau de desenvolvimento que, aliado à soberania do país sobre certas decisões nessa área, fazem com que tenha determinado peso na economia mundial, e não possa ser atingida facilmente por crises financeiras.



Actualmente, o principal objectivo estratégico da China é ver reconhecido internacionalmente, o estatuto de *leader*, que pretende ocupar na região da Asia-Pacífico. A estratégia seguida passa por três prioridades: o prosseguimento do desenvolvimento económico (ele mesmo fonte do poder militar reforçado), a reunificação da pátria (que equivale ao reconhecimento da potência chinesa) e o combate pela não-ingerência externa.

Mas, convém ter em atenção que este crescimento económico gera poder militar e influência política, mas também pode estimular desenvolvimentos políticos, e uma forma de fazer política mais aberta, mais pluralista, logo, mais democrática. A herança confucionista da China, com o acento tónico na autoridade, na ordem, na hierarquia e no primado do colectivo sobre o individual, cria obstáculos à democratização. Entretanto, o crescimento económico está a criar no Sul da China níveis cada vez mais elevados de riqueza, uma burguesia dinâmica, uma acumulação de poder económico fora do controle governamental, e uma classe média cada vez mais numerosa. Além disso, os chineses estão cada vez mais em contacto com o mundo exterior nas áreas do comércio, investimento e educação. Tudo isto fornece uma base social para um movimento em direcção ao pluralismo político.

É natural que as fontes deste de crescimento económico sofram alterações. Em primeiro lugar, a economia chinesa pretende passar de uma mera economia exportadora de manufacturas baratas e de mão-de-obra intensiva, iniciando um processo de internacionalização das suas empresas mais dinâmicas, com o objectivo de produzir no exterior novos produtos globais de marcas chinesas. Este processo já se iniciou, com a aquisição de empresas ocidentais por parte de empresas chinesas. As empresas chinesas procuram dotar as mesmas de certas capacidades como o domínio de técnicas de gestão e tecnologia de ponta e complementar os seus pontos fortes, como o baixo custo de

produção, com redes de distribuição e poder de marca, decorrentes das aquisições efectuadas a empresas estrangeiras. Estes processos de aquisição são uma importante na garantia de vantagens competitivas fundamentais para as empresas chinesas enfrentarem a segunda alteração na fonte de crescimento económico, o mercado interno, cada vez mais competitivo. O crescimento baseado nas exportações dará lugar a um cada vez mais importante crescimento baseado na procura interna, da tal classe média que esta a nascer nas regiões com fortes níveis de crescimento, que procuram uma cada vez maior qualidade de vida.

Em resumo, a importância actual da China deriva do enorme potencial que tem no presente para poder vir a ser no futuro, e todas as implicações que podem advir.

6.2 Democracia na China

Os grandes movimentos globais das duas últimas décadas foram: democratização e integração económica. Para o mundo em desenvolvimento, integração económica exige uma política de ajustamento e uma reforma económica, inflexivelmente definidas pelos organismos multilaterais de desenvolvimento.

A Ásia tem estado no caminho da democratização desde meados dos anos 80. Países como Filipinas, Taiwan, Coreia do Sul, Tailândia, e mais recentemente a Indonésia, adoptaram regimes democráticos. A Indonésia teve as suas primeiras eleições presidenciais directas. A transição pacífica do poder no país mais populoso do Sudeste Asiático desmentiu as previsões que apontavam para uma desintegração do país, sem a liderança de um regime autoritário, como era o regime do antigo presidente Suharto.

Apesar deste cenário político, existe também algumas excepções na Ásia: Coreia do Norte e Republica Popular da China são disso exemplo.

Depois de duas décadas de reformas económicas, a teoria socialista na China é cada vez mais uma aparência. A filosofia implantada no país após a revolução de 1949, liderada por Mao Tse Tung é diferente da actual filosofia política no país.

É um país autoritário, mas com uma acentuada abertura económica. Como consequência, as reformas não tem sido só económicas, mas igualmente políticas. Hoje em dia, por exemplo, não há mais o culto à personalidade, foi abolido por Deng Xiao Ping, e estátuas de Mao Tse Tung foram retiradas de locais públicos. Outra mudança significativa é a não perpetuação no poder por parte dos líderes. Existe na constituição um artigo que impede que os líderes sejam reeleitos por mais de dois mandatos para o mesmo posto.

O Partido Comunista Chinês passa por um processo inédito de “internacionalização”, não para expandir a revolução socialista pelo mundo, como previa Karl Marx, mas na procura de negócios. Este processo de “internacionalização” (Spence, 2004) é um dos principais elementos da mudança de identidade do partido.

Com a crescente abertura ao exterior, será cada vez mais difícil reformar a economia e deixar o sistema político inalterado. A China tem como referência a experiência da União Soviética e a realidade actual da Federação Russa. A lição retirada desta experiência é a gradualismo que deve ter um processo desta natureza, focado no longo prazo. A mudança é provavelmente inevitável, e quanto mais lenta, melhor. Esta é a fórmula do sucesso da China. Deng Xiao Ping, por exemplo, afirmou que as instituições chinesas precisavam ser reformadas e anteviu que a população chinesa estaria preparada para eleições presidenciais livres em 2049. É um prazo bastante longo para os padrões ocidentais, mas já existem hoje eleições directas para cargos administrativos de pequenas cidades. Além disso, há um esforço do Partido Comunista Chinês em integrar membros, que não são do partido, na administração local.

A China é um país com uma diversidade em vários aspectos. Tem 56 etnias, 93% da população pertence á etnia maioritária, Han, mas a restante população tem as suas próprias culturas. E dentro desta mesma etnia Han, existem grandes diferenças no Norte, no Sul, no Leste e no Oeste do país. O elemento de coesão sempre foi a figura do Imperador, a burocracia do império, daí que, a China tenha sido sempre um país muito hierarquizado. É essa a ideia de hierarquização, a base do pensamento de Confúncio, na relação entre as pessoas, na família, na sociedade. Com a crescente abertura ao exterior, a sociedade tem uma concepção mais aberta em relação à ordem social. Outro aspecto é a falta de preparação da população chinesa para um processo democrático. Não têm noção de cidadania, e para que a democracia funcione, é necessária uma consciência de deveres e direitos políticos. O governo está a construir um sistema jurídico mais estável, e a melhor forma de preparar a população será criar bases sólidas para as instituições político-jurídicas do país, melhorar a transparência do regime e eliminar a corrupção.

A geração de políticos também é diferente actualmente, Deng Xiao Ping ainda tinha contactos com a geração revolucionária, e lutou na revolução. A geração de Jiang Zemin entrou no partido na guerra civil, depois da invasão japonesa na Segunda Guerra Mundial, e não passou pelos primeiros estágios da revolução. A geração de Hu Jintao e Wen Jiabao é formada por pessoas que não tiveram nenhuma experiência na revolução como activistas, mas só como participantes da Revolução Cultural. Não são formados pelo activismo revolucionário, mas destacam-se pela habilidade administrativa e não a revolucionária, e são mais aberto a contactos internacionais.

É melhor que as reformas económicas sejam feitas antes da democratização, na China? Para esclarecer esta relação, John F. Helliwell (1992) estudou a ligação entre crescimento económico e regime político. Para esclarecer essa relação, o autor utilizou dados de 125 países que apresentaram diferentes níveis de crescimento e

democratização entre 1960/85. Foi medido o nível de crescimento através do PIB per capita, ajustado ao poder de compra, e o nível de democratização pelo índice de Gastil que se baseia na quantidade de direitos civis e políticos dos países considerados no estudo. Os dados mostram que um crescimento de 10% no crescimento económico corresponde a um acréscimo de 2% na democracia. Usando um conjunto de ferramentas metodológica rigorosa, o autor apresenta evidências segundo as quais é mais frequente a sequência do crescimento para a democracia do que da democracia para o crescimento. São igualmente comuns certos períodos de aceleração seguidos de desaceleração do crescimento, quando o país em questão, partindo de um nível de rendimento baixo e desigual, entra precipitadamente num processo de democratização (John Helliwell, 1992).

Será cada vez mais difícil conciliar um regime autoritário com o crescimento económico da China. Larry Diamond (2004), especialista em democratização considera: “não julgo que os problemas sociais que estão a emergir com o rumo do desenvolvimento económico e a criação de desigualdades e o profundo grau de corrupção possam ser geridos por um tipo de governação autoritária. Por isso a democracia vai acontecer por fases com eleições competitivas movendo-se do nível das aldeias para as cidades, concelhos, províncias e em ultimo lugar para o nível nacional e com mais espaço para um poder judicial independente e uma sociedade civil. Caso contrário vamos assistir a uma crise política na China” (Larry Diamond, 2004).

Se olharmos o que aconteceu na Coreia do Sul e Taiwan, vimos as reformas económicas avançar mais rapidamente que as reformas políticas, mas a pressão para a liberalização política foi aumentando com o processo de reformas económicas. É natural que na China veremos a mesma pressão – debaixo para cima, de dentro e de fora do Partido

Comunista Chinês, talvez leve mais tempo, porque estamos a falar de 20% da população mundial.

Há um longo caminho a percorrer. Mas mesmo a democracia terá que ter características chinesas.

6.3 Consequências para o Mundo da abertura de uma Economia da dimensão da RP da China

É natural que existam consequências para o Mundo, da transformação de um país com uma população de 1,3 mil milhões de pessoas, possui uma língua própria e uma civilização que até ao século XVII era a mais avançada, tanto em riqueza como em termos tecnológicos, em relação a qualquer outra região do mundo, inclusive a Europa. Nunca precisou invadir outros países, pois dispõe de uma área geográfica de grandes dimensões. Conta com uma imigração que se integrou em varias partes do Mundo: em toda a costa meridional da Ásia e oriental de África, assim como nos Estados Unidos e desde os tempos passados, na Europa.

Uma das grandes vantagens que a China apresenta nos dias de hoje é a educação. Segundo o Premio Nobel Amartya Sen (2000), a China criou um sistema escolar público desde as escolas primárias até a Universidade. A instrução gratuita para todos iniciou-se mais ou menos na década de 80, e finalmente no início deste século, um grande número de jovens chineses chegou à formação universitária. Se a China tivesse permanecido um país fechado, os reflexos económicos do desemprego, teriam criado tensões ideológicas. Mas queda da URSS mostrou quais são as consequências da transição repentina de uma economia planificada para uma economia de mercado, fazendo com que a China proceda a esta transformação de uma forma prudente.

Outro facto foi a abertura de mercado numa região litoral com 250 milhões de habitantes, aproveitado por multinacionais para criar um circuito integrado com a China e estimular a economia Mundial. A China partia de um nível de desenvolvimento baixo e alcançou um ritmo de crescimento do PIB de cerca de 9% em média ao longo dos últimos 20 anos. A dimensão deste fenómeno, determina uma série de consequências externas, de certa forma atenuadas pelo facto de que a China dispôr de riquezas naturais. A China está presente nos lugares cimeiros relativo a reservas naturais de matérias-primas, suficientes quando consumo *per capita* era baixo, sendo suficiente para a China enfrentar a sua procura, o que representava uma situação equilibrada. A China tinha igualmente uma quota modesta no comércio mundial, quer em importações, quer em exportações. Quando deu inicio este processo de abertura ao exterior, com o objectivo de crescer e desenvolver, este processo criou efeitos externos positivos e negativos..

Este processo de desenvolvimento obriga a China a importar mais do que no passado. Os países que ocupam posições de relevo como exportadores para a China são principalmente os da Ásia oriental. É comum considerar as consequências do desenvolvimento chinês analisando a Europa e os Estados Unidos da América. Mas a integração que está acontecendo entre a China e os países da Ásia oriental é igualmente importante. Hoje a China é o grande impulsionador do desenvolvimento económico de toda a Ásia oriental. Países como Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Singapura, Austrália e Tailândia, ocupam lugares de destaque como exportadores para a China (ver anexo 10). Também no lado dos investimentos, a China redesenhou os fluxos de investimentos directos estrangeiros globais e hoje atrai investimentos que teriam sido destinados anteriormente a países do Sudeste Asiático e América Latina. O “fenómeno chinês” está se estendendo por toda a Ásia oriental, este envolvimento deve ser bem considerado, pensando no que poderá acontecer no futuro.

Outro elemento a ser considerado é aquele que o desenvolvimento da China provoca no consumo de matérias-primas e conseqüentemente na procura das mesmas no mercado internacional. O crescimento do preço do petróleo não foi determinado apenas pela OPEP ou pela constante situação de instabilidade política no Médio Oriente, mas principalmente pela pressão da procura no mercado internacional da China (ver anexo 17). Podemos analisar igualmente outras matérias-primas: cobre, a China produz 589 milhões de toneladas, e é o sexto produtor mundial, e consome um terço a mais do que Estados Unidos da América e Rússia. A China consome quase o dobro da borracha que produz, tal como lã natural e o algodão. O impacto sobre as fontes de energia é somente atenuado pelo facto de a China ser o terceiro produtor mundial de energia eléctrica, graças aos seus rios (ver anexo 14). As grandes barragens, como a central hidroeléctrica das Três Gargantas no rio Yangtse, vão aumentar a capacidade de produção, que actualmente já corresponde a mais de metade da energia produzida pelos Estados Unidos da América. E estamos apenas no início do processo de desenvolvimento.

A Ásia oriental está a tornar-se o principal consumidor de matérias-primas, superando os Estados Unidos da América, historicamente o maior importador do mundo. Não podemos considerar um fenómeno separado. Se juntarmos todos os países do sudeste asiático, constatamos que 3,5 mil milhões de habitantes estão progredindo, há dez anos, a uma média de crescimento anual do PIB de 7%. As várias estatísticas demonstram que o crescimento mundial de 4% é devido a estes países do sudeste asiático estarem a crescer a taxas bastante elevadas. Além da China, há a Índia (cresce a um ritmo de 6-7%), mas também a Malásia, Vietname, Coreia do Sul, Taiwan, Sri Lanka, Bangladesh, Tailândia, Nepal, Indonésia, Paquistão. O Paquistão que é o último desta lista dos países emergentes, cresce a um ritmo de 4%. A este grupo podem juntar-se outros países, como as Filipinas e a Rússia, que crescem com ritmos inferiores embora significativos.



Até alguns anos atrás o motor do desenvolvimento mundial era os Estados Unidos da América, hoje o elemento impulsor é a China. A própria economia americana está directamente ligada à chinesa. É o maior credor dos Estados Unidos da América, na condição de possuidor de títulos do Estado americano e possui uma enorme reserva de USD, que concede ao país um imenso poder nos mercados de câmbios e comércio externo internacionais. Ao mesmo tempo, a China oferece condições vantajosas de investimento às multinacionais americanas. Os chineses fornecem aos americanos bens a custo reduzido e o fenómeno provavelmente vai continuar por algum tempo, pois a moeda chinesa é mantida em um nível de câmbio baixo em relação ao USD. Estes factos são aproveitados por multinacionais, como a Wal-Mart, maior empresa mundial de retalho, que em 2005 importou 18 mil milhões de USD em produtos da China (11% do total das importações norte-americanas da China), valores idênticos aos valores totais do Reino Unido e concentra 5.000 dos seus 6.000 fornecedores num único país: China (Newsweek, 2005). Portanto não surpreende que, a China esteja nas posições cimeiras no ranking de exportadores mundiais. Actualmente, a China é o país que recebe o maior volume de investimentos directo estrangeiro. Também as suas importações crescem, e correspondem a cerca de um terço do crescimento total do volume das importações mundiais. Quando mais a China cresce, mais exporta, mais necessidade tem de importar, e tudo isso influencia os preços internacionais das matérias-primas, do transporte, das mercadorias.

A zona geográfica mais desenvolvida da China compreende cerca de 250-300 milhões de habitantes, e isto é apenas um quinto da população total chinesa. A riqueza das áreas do litoral chinês está se estendendo, mesmo de uma forma gradual, às outras áreas do país, incluindo as áreas do interior. No mesmo sentido influenciam as remessas dos chineses que vivem no exterior que representam 1% do PIB, um volume significativo

para compreender qual é a contribuição da diáspora chinesa para a economia chinesa. É inevitável que se verifique na China um efeito da migração interna, com populações que abandonam regiões transformadas pelas grandes obras de infra-estrutura, que passam da agricultura para a indústria e que enviam remessas para as zonas mais desfavorecidas. É provável que o desenvolvimento nessas regiões não seja tão lento como se poderia supor. Um outro fenómeno que não deve ser desconsiderado é o crescimento de cidades, com dimensões consideráveis, cidades de 5-10 milhões de habitantes, que representam novos mercados.

É igualmente importante introduzir algumas reflexões no plano político, principalmente em duas direcções. A área política e economicamente predominante até hoje, foi o eixo atlântico EUA-Europa. Essa supremacia pode no futuro deslocar-se para a Ásia são oitocentos milhões de pessoas (EUA, Canadá e os 25 países da União Europeia) a competir com uma população que já supera 3,5 mil milhões. A história demonstra que os grandes impérios estão expostos a riscos quando consideram que podem continuar a desenvolver o mesmo papel do passado ainda que as condições sejam diferentes. Assim aconteceu com o Império Romano, com a supremacia inglesa, e nos tempos recentes com a URSS. Os Estados Unidos da América, depois da queda da URSS e depois dos efeitos da nova economia que se disseminou por todo o mundo, são uma potência mundial, e assim são considerados por todos. No futuro não poderão desconsiderar as novas autonomias asiáticas, cada vez mais evidentes. A emergência de novas potências acontece de tempos em tempos, e geralmente produzem tensões em variadas áreas, basta recordar os exemplos da emergência da Alemanha e Japão e as suas consequências. A criação de uma envolvente hostil à China, pode criar um comportamento idêntico por parte da China (David Lampton, 2005). É fundamental apostar na interdependência e na

cooperação, até porque a China depende do exterior para prosseguir o seu desenvolvimento e apostou na globalização e na interdependência.

A segunda reflexão refere-se à relação com o mundo islâmico. A necessidade de produtos petrolíferos por parte da China e dos restantes países asiáticos será cada vez maior e poderá se tornar predominante. A China importa mais de 40% da energia que necessita, por isso tenta diversificar as suas fontes energéticas. As reservas conhecidas de petróleo estão concentradas, nos países islâmicos da Ásia central e ocidental. Os países consumidores poderiam ter a tentação de alcançar uma posição dominante em relação aos países produtores. Na sua história a China não cultivou objectivos territoriais expansionistas, mas poderiam ser criadas condições para um expansionismo económico. Desse ponto de vista, os países mais próximos e mais acessíveis são hoje precisamente, o Irão, e antigamente o Iraque. A energia é fundamental para o sustentar o crescimento económico, por isso mesmo a opção estratégica da China é lidar com quem seja preciso para garantir o abastecimento energético, consolidando posições estratégicas particularmente em África (Angola, Nigéria e Sudão) e Médio Oriente (Irão e Arábia Saudita) (ver anexo 18). Em tais condições, se olharmos a longo prazo, é conveniente para o eixo transatlântico cultivar uma perspectiva de convivência ou de integração como aquela que tem sido feita com certos países islâmicos do Mediterrâneo. A China é hoje uma grande parte de um novo mundo, isso é algo que é inalterável. É fundamental para o eixo transatlântico estar melhor preparado para enfrentar este novo desafio. Se pensarmos nas três origens do poder: económico, militar e intelectual, a China é menos um desafio militar e é claramente um desafio económico e intelectual. Isto obriga o eixo transatlântico a olhar para as suas próprias capacidades, capacidades essas de competir na esfera económica e intelectual. Isto significa renovar a sua base de competências que tem sido fundamental na sua economia: ciência e tecnologia. Os

Estados Unidos da América têm dominado estes campos, mas grande parte da investigação é feita por alunos estrangeiros, que cada vez mais regressam aos seus países de origem para aplicarem o conhecimento adquirido. É necessário um novo enfoque nestas políticas, para que não exista o risco de uma incapacidade de produção de inovação, que representa a base industrial dos países do eixo transatlântico. Para a Europa, o desafio é ainda maior, face aos problemas que existem nas áreas da inovação e desenvolvimento, os quais são alvo de um novo olhar com a Agenda de Lisboa, que representa um desafio fundamental para a competitividade da economia europeia no futuro próximo. É necessário recuperar o valor do trabalho e do rigor, melhorar a educação e as infra-estruturas e encorajar a iniciativa empreendedora. Tendo uma base industrial sólida e um *background* educacional e turístico razoável, é preciso traçar uma estratégia que impulse a inovação, o empreendedorismo e a produtividade. A solução está no aumentar de investimento em investigação e desenvolvimento nas empresas, apostando nas áreas de inovação, com o objectivo de criar novas vantagens competitivas e um *upgrade* tecnológico industrial nas economias, e não no criar barreiras comerciais com a finalidade de proteger as suas economias. O académico norte-americano David Lampton (2005) comparou o desafio colocado hoje pela China, ao desafio que representou nos anos 50, o Sputnik soviético, que significou um desafio militar que levou o Presidente Kennedy a lançar a corrida espacial. Além da competição militar, o mesmo desafio galvanizou os EUA a criar uma nova geração de engenheiros. O desafio hoje é diferente, é no campo económico e intelectual, mas o mesmo obriga a focar nas capacidades de competir nestes campos e esse é o verdadeiro desafio para os Estados Unidos e Europa neste século XXI.

Bibliografia:

Abegglen, J. C., *Sea Change: Pacific Asia as the New World Industrial Center*, NY Free Press, 1994

Bang, Hyeon-Cheol, *The Reform of Chinese State Commercial Banks: Responding to China's WTO Accession*, 2002

Baylis, John, Smith, Steve, *The Globalization of World Politics*, Oxford Press, 2001

Becker, Jasper, *The Chinese*, John Murray, Londres, 2003

Benewick, Robert, *The state of China Atlas*, Penguin Reference, 1999

Broadman, Harry G, *The Business(es) of the Chinese State*, The World Economy, 2001

Brzezinski, Zbigniew, *A Geostrategy for Eurasia*, *Foreign Affairs*, 76:5, September/October 1997

Costa, Manuela da, *The role of township and village enterprises in China's economic reform*, Documento de Trabalho nº 45, CEsa, Lisboa, 1997

Diamond, Larry, *Elections and Democracy in Greater China*, Hoover Institution, Stanford University, 2001

FAO, *World Food Program*, 2004

GEE, *China: Análise da situação económica*, Julho 2004

Gilboy, George, *China's Coming Transformation*, *Foreign Affairs*, Agosto 2001

Gu, Zhibin, *Made in China*, Centro Atlântico, 2005

- Hale, David, *China Takes off*, *Foreign Affairs*, edição de Novembro 2003
- Harvard Business Review, *China Tomorrow*, Outubro 2003
- Helliwell, J.F., *Empirical Linkages between Democracy and Economic Growth*, 1992
- Keijzer, Arne, *China Estratégias para um mercado emergente*, Difusão Cultural, 1994
- Kojima, Kiyoshi, *Japan and a Pacific free trade area*, Macmillan, 1971
- Krugman, Paul, *China Unpegs Itself*, *The New York Times*, 2005
- Krugman, Paul, *The China Syndrome*, *The New York Times*, 2003
- Krugman, Paul, *The East Is in the Red*, *The New York Times*, 1997
- Krugman, Paul, *The Myth of Asia's Miracle*, *Foreign Affairs*, 1994
- Lardy, Nicholas, *China na economia mundial*, GEP/Ministério da Economia, Lisboa, 1996
- Mahbubani, Kishore, *Understanding China*, *Foreign Affairs*, Setembro 2005
- Martins, Carlos, *A Economia Chinesa e a sua integração na Economia Mundial*, Banco de Portugal, 2005
- Medeiros, Eduardo Raposo, *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, 1998
- Medeiros, Evan, *China's New Diplomacy*, *Foreign Affairs*, Novembro 2003
- MOFCOM, *Foreign Market Access Report*, 2005

- Nunes, Rui, *China: causas, consequências e perspectivas do aparecimento de um grande consumidor de energia*, Lisboa
- Organização Mundial do Comércio, *Accession of the People's Republic of China*, WT/L/432, Genebra, 2001, (www.wto.org).
- Serra, A.M. de Almeida, *China: as reformas económicas da era pós-Mao*, Lisboa
- Shaughnessy, Edward, *China: the land of the heavenly dragon*, Duncan Baird Publ., Londres, 2000
- Shenkar, Oded, *O Século da China*, Wharton School Publishing, 2005
- Simon, Denis, *Globalization and Regionalization of China's Economy*, Sejong Institute Seoul, 1995
- Spence, Jonathan, *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996
- Stiglitz, Joseph, *Second-Generation Strategies for Reform for China*, World Bank, 1998
- Tseng, Wanda, *China competing in Global Economy*, IMF, 2003
- UNCTAD, *China's WTO Accession: Its Impact on Chinese employment*, 2003
- UNCTAD, *Country fact sheet: China*, 2003
- UNCTAD, *Trade and Development Report 2005*, 2005
- UNCTAD, *World Investment Report*, 2003
- US-CHINA Business Council, "*WTO Special Report: the real work begins*" in *The China Business Review*, Jan-Feb/2000



Wei, Shang-Jin, *Can China Grow Faster?*, IMF, 2004

World Bank, *China - Integration of National Product and Factor Markets - Economic Benefits and Policy Recommendations*, 2005

World Bank, *Investment and saving in China*, 2005

World Bank, *Poverty impacts of a WTO Agreement: synthesis and overview*, 2005

ANEXOS

Anexo 1

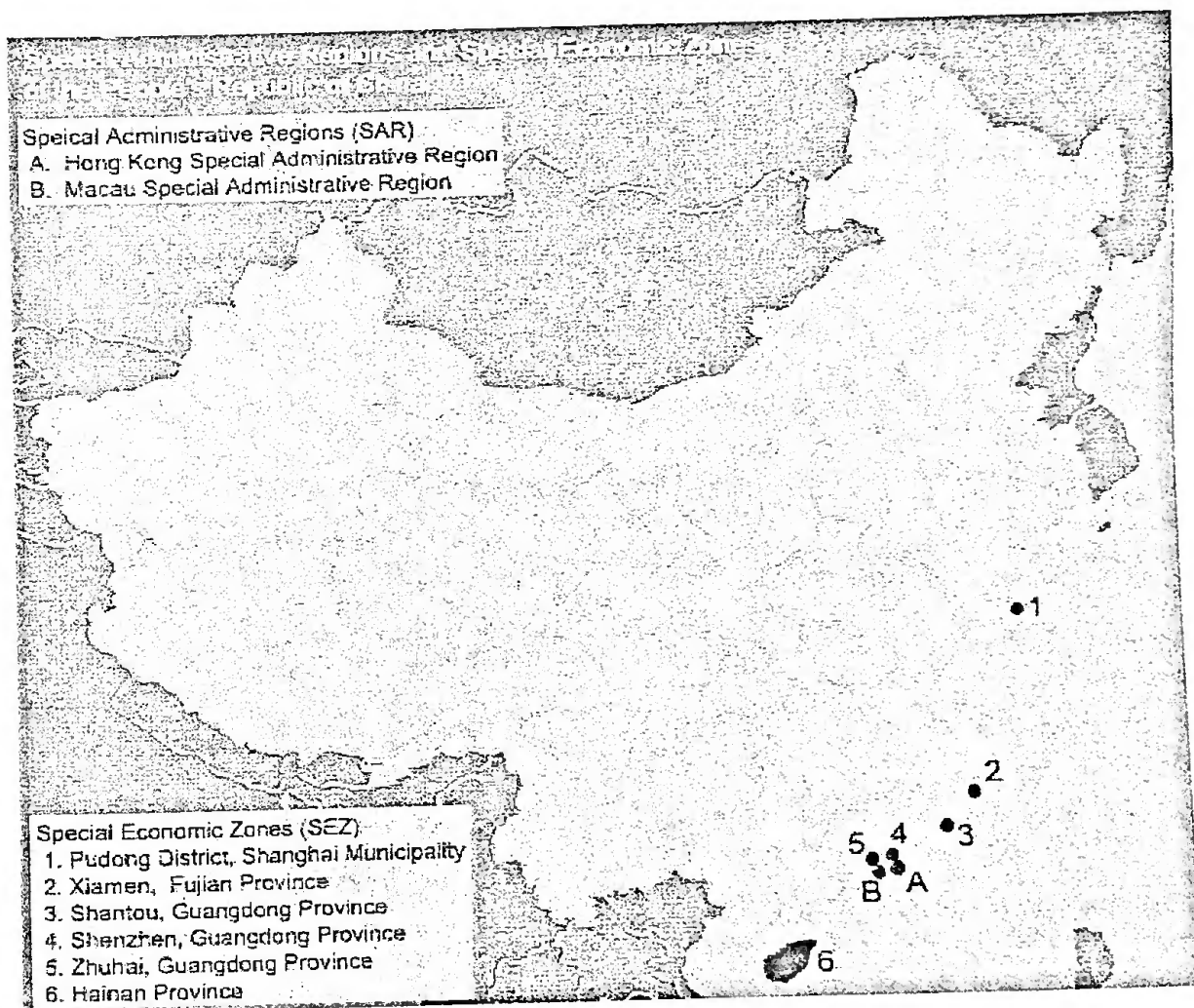
China no Mundo



Fonte: Wikipedia

Anexo 3

Zonas Económicas Especiais - China



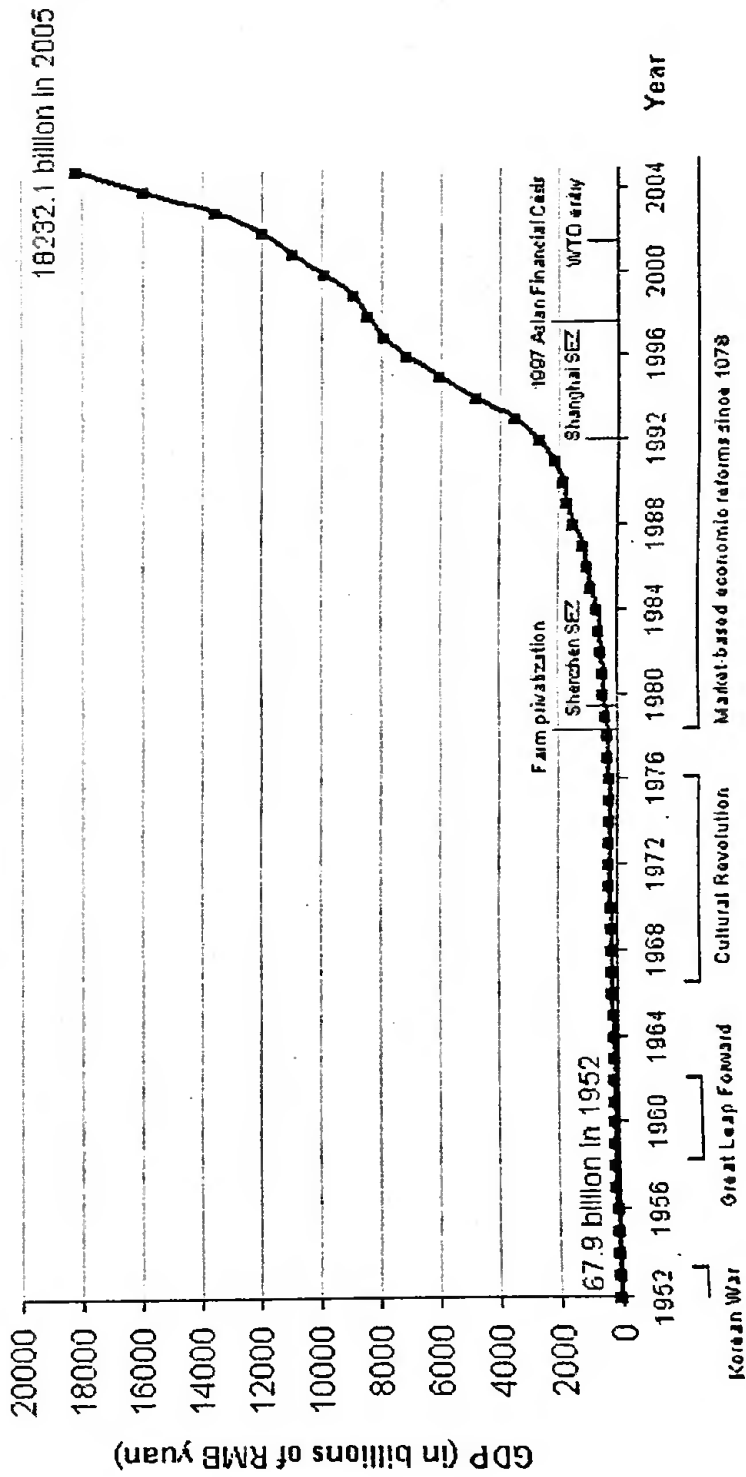
Fonte: Acronyms

Dados Estatísticos

Series Name	1960	1970	1980	1990	1995	2000	2001	2002	2003
P growth (annual %)	..	19,4	7,8	3,8	10,5	8,0	7,5	8,3	9,3
P per capita growth (annual %)	..	16,1	6,5	2,3	9,3	7,2	6,7	7,6	8,6
Population, total	667.070.000,0	818.315.000,0	981.235.000,0	1.135.185.000,0	1.204.855.000,0	1.262.645.000,0	1.271.850.000,0	1.280.400.000,0	1.288.400.000,0
Urban population (% of total)	16,0	17,4	19,6	27,4	31,4	35,8	36,7	37,7	38,7
Employment in agriculture (% of total employment)	68,7	53,5	48,6	46,9
Employment in industry (% of total employment)	18,2	19,0	21,1	17,5
Employment in services (% of total employment)	11,7	9,5	12,3	12,9
Human Development Index	44,7
Population growth (annual %)	..	2,8	1,3	1,5	1,1	0,7	0,7	0,7	0,6

Fonte: Base dados CEAs/Ásia - Unidade de Estudos Asiáticos

People's Republic of China's Nominal Gross Domestic Product (GDP) Between 1952 to 2005



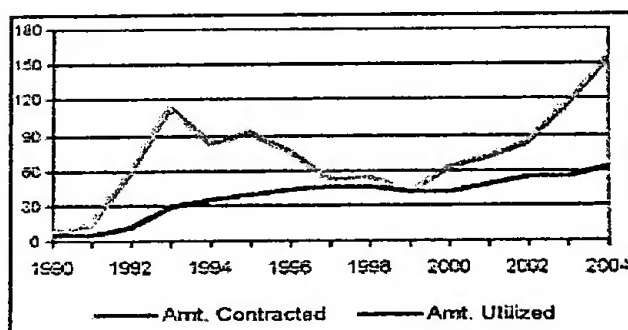
Anexo 6

Origins of FDI, 2004

Source: Ministry of Commerce

Origin	Amount Invested (US\$)
Hong Kong	\$19.00 billion
British Virgin Islands	\$6.73 billion
South Korea	\$6.25 billion
Japan	\$5.45 billion
United States	\$3.94 billion
Taiwan	\$3.18 billion
Cayman Islands	\$2.04 billion
Singapore	\$2.01 billion
Western Samoa	\$1.13 billion
Germany	\$1.06 billion

Total FDI in China, 1990-2004 (\$ billions)



Fonte: www.uschina.org

Comércio Externo RP China (milhares de milhões USD)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações	148,8	151,1	182,7	183,8	194,9	249,2	266,2	325,6	438,4	593,4	762
% variação	23	1,5	20,9	0,5	6,1	27,8	6,8	22,3	34,6	35,4	28,4
Importações	132,1	138,8	142,4	140,2	165,7	225,1	243,6	295,2	412,8	561,4	660,1
% variação	14,3	5,1	2,6	-1,5	18,2	35,8	8,2	21,2	39,9	36	17,6
Total	280,9	289,9	325,1	324	360,6	474,3	509,8	620,8	851,2	1.154,80	1.422,10
% variação	18,7	3,2	12,1	-0,4	11,3	31,5	7,5	21,8	37,1	35,7	23,2
Balanco	16,7	12,3	40,3	43,5	29,2	24,1	22,5	30,4	25,5	31,9	101,8

Anexo 8

Parceiros Comerciais da China *(milhões USD)*

Ranking	Pais	2005
1	EUA	211.625,90
2	Japão	184.443,80
3	Hong Kong	136.708,10
4	Coreia Sul	111.931,20
5	Taiwan	91.234,00
6	Alemanha	63.252,00
7	Singapura	33.149,10
8	Malásia	30.703,00
9	Rússia	29.103,10
10	Holanda	28.802,70

Fonte: US-China Business Council

Anexo 9

Destino das Exportações da China (milhões USD)

Ranking	Pais	2005
1	EUA	162.899,60
2	Hong Kong	124.481,10
3	Japão	83.992,10
4	Coreia Sul	35.109,30
5	Alemanha	32.527,60
6	Holanda	25.876,80
7	Reino Unido	18.977,00
8	Singapura	16.632,60
9	Taiwan	16.549,60
10	Russia	13.212,20

Fonte: US-China Business Council

Anexo 10

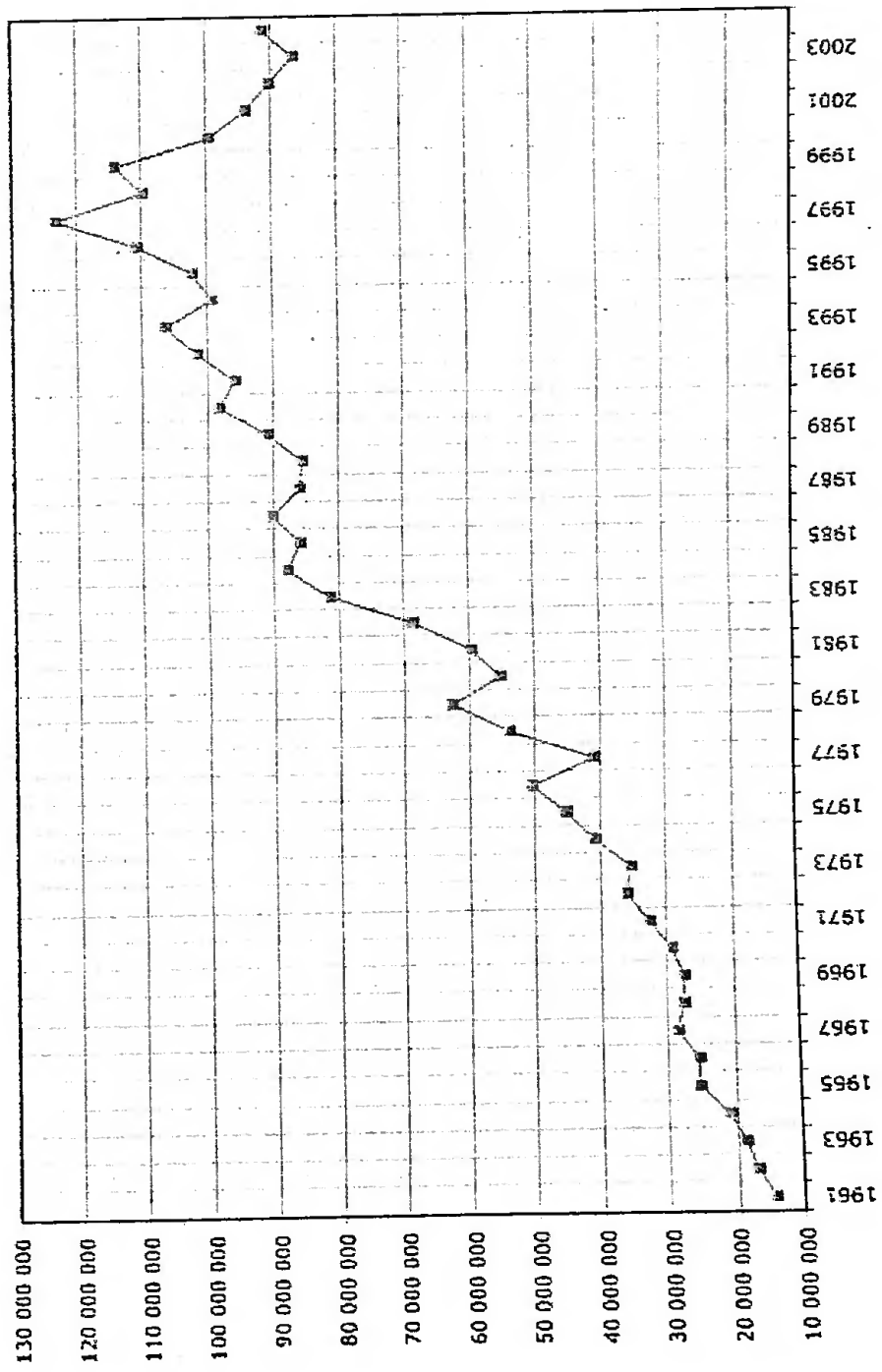
Destino das Importações da China *(milhões USD)*

Ranking	Pais	2005
1	Japão	100.451,60
2	Coreia Sul	76.822,00
3	Taiwan	74.684,40
4	EUA	48.726,30
5	Alemanha	30.724,40
6	Malasia	20.096,20
7	Singapura	16.516,40
8	Austrália	16.186,50
9	Rússia	15.890,90
10	Tailândia	13.991,90

Fonte: US-China Business Council

Anexo II

Produção de Trigo na China 1961-2004
(Fonte FAO 2005)



Anexo 12

Top Paddy Rice Producers - 2005

(million metric ton)

China	185
India	129
Bangladesh	40
Vietnam	36
Thailand	27
Indonesia	54
Myanmar	25
Philippines	15
Brazil	13
Japan	11
World Total	619

Source: UN Food & Agriculture Organisation (FAO)



Anexo 13

Top Potato Producers 2005

(million metric ton)

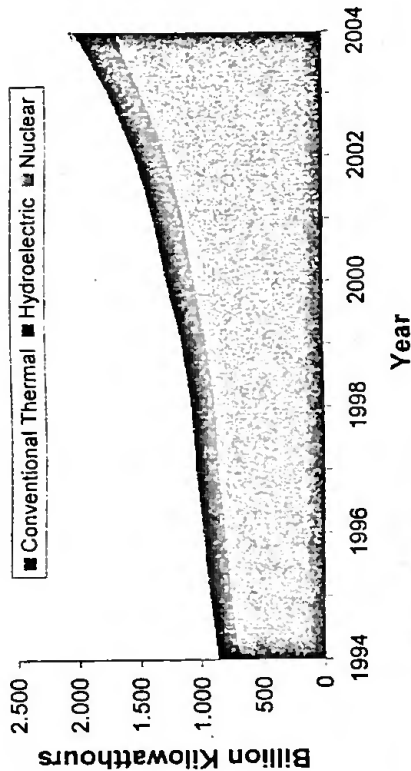
China	73
Russia	36
India	25
Ukraine	19
United States	19
Germany	11
Poland	11
World Total	322

Source: UN Food & Agriculture Organisation (FAO)

Electricity Generation in China by Type (Billion Kilowatthours)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Conventional Thermal	701,17	756,06	805,30	863,43	885,23	944,46	1,041,46	1,132,21	1,271,07	1,484,23	1,701,76
Hydroelectric	165,35	184,90	185,05	192,62	202,26	210,80	240,70	258,50	271,82	278,52	327,68
Nuclear	13,50	12,38	13,62	11,35	13,46	14,09	15,90	16,60	25,17	41,66	47,95
Other	0,33	2,75	1,35	2,48	2,25	1,87	2,30	2,32	2,33	2,35	2,37

Electricity Generation in China by Type, 1994-2004



Source: EIA International Energy Annual

Petroleum Consumption, 1980-2004

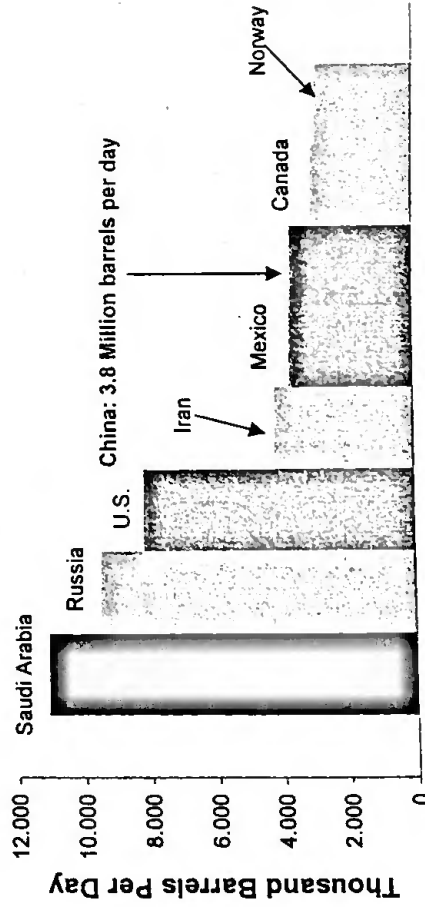
(Thousand Barrels per Day)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
States	1 765.0	1 705.0	1 660.0	1 730.0	1 740.0	1 885.0	2 000.0	2 120.0	2 275.0	2 379.5	2 295.4	2 498.8	2 661.6	2 959.5	3 160.6	3 363.2	3 610.1	3 916.3	4 105.8	4 363.6	4 795.7	4 917.9	5 160.7	5 578.1	6 400.0
United States	17 056.0	16 058.0	15 296.0	15 231.0	15 725.6	15 726.4	16 280.6	16 665.0	17 283.3	17 325.2	16 988.5	16 713.8	17 032.9	17 236.7	17 718.2	17 724.6	18 308.9	18 620.3	18 917.1	19 519.3	18 701.1	19 646.7	19 761.3	20 033.5	20 731.2
Other States	2 707.0	2 449.0	2 372.0	2 324.0	2 322.0	2 337.9	2 497.8	2 424.4	2 422.5	2 280.4	2 382.0	2 829.0	2 841.0	2 908.0	2 883.0	2 882.2	2 922.4	2 917.3	2 922.8	2 838.4	2 771.8	2 814.6	2 721.6	2 678.7	2 640.9
Kingdom	2 256.0	2 023.0	1 880.0	1 835.0	1 771.0	1 753.0	1 764.0	1 785.0	1 801.0	1 844.0	1 826.0	1 840.0	1 932.0	1 877.0	1 865.0	1 919.3	1 948.9	1 968.7	2 040.1	2 028.9	2 000.5	2 051.8	1 982.8	1 999.0	1 977.2
Other Kingdom	1 725.0	1 590.0	1 580.0	1 531.0	1 825.0	1 617.0	1 637.0	1 611.0	1 682.0	1 791.0	1 778.0	1 802.0	1 815.0	1 829.0	1 833.0	1 815.0	1 850.5	1 802.6	1 791.3	1 794.4	1 757.7	1 722.9	1 718.8	1 751.4	1 826.7
Other Kingdom	643.0	729.0	737.0	773.0	824.0	894.9	947.4	987.8	1 083.8	1 149.8	1 188.3	1 190.3	1 274.9	1 311.1	1 413.3	1 574.7	1 680.9	1 765.5	1 844.4	2 031.3	2 127.4	2 183.7	2 263.4	2 346.3	2 450.0
Other Kingdom	4 960.0	4 848.0	4 582.0	4 395.0	4 666.0	4 436.0	4 503.0	4 587.0	4 849.0	5 068.0	5 184.0	5 248.0	5 393.0	5 270.0	5 584.0	5 577.3	5 681.1	5 700.4	5 630.7	5 676.3	5 669.8	5 487.2	5 407.5	5 500.7	5 353.2
Total	63 113.6	60 943.8	69 643.2	66 776.2	69 817.2	60 086.1	61 805.9	63 095.1	64 965.3	66 077.8	66 545.9	67 131.8	67 359.5	67 454.6	68 767.0	69 912.3	71 622.6	73 330.7	73 994.3	76 668.4	76 587.6	77 456.7	78 183.7	79 794.2	82 594.7

Comparative Oil Production, 2005 (Thousand barrels per day)

	Saudi Arabia	Russia	United States	Iran	Mexico	China	Canada	Norway
Total	11.091,95	9.542,65	8.249,04	4.235,53	3.782,55	3.758,76	3.092,68	2.976,47

Top World Oil Producers, 2005



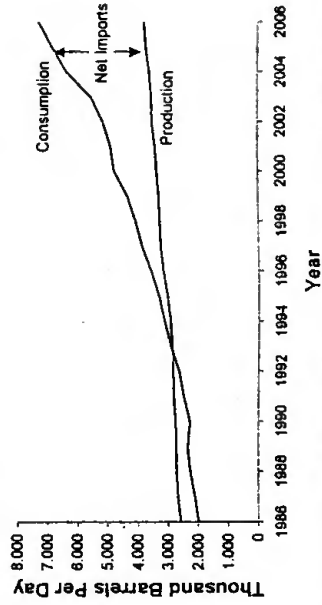
Source: EIA International Petroleum Monthly

China's Oil Production and Consumption

(Thousand barrels per day)

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Production	2,587.5	2,660.5	2,722.2	2,749.2	2,768.0	2,836.2	2,851.9	2,903.5	2,857.3	3,059.6	3,211.3	3,284.6	3,301.7	3,317.0	3,377.5	3,434.5	3,529.8	3,559.0	3,635.4	3,758.8	3,831.6
Consumption	2,000.0	2,120.0	2,275.0	2,379.5	2,296.4	2,498.8	2,661.6	2,959.5	3,160.6	3,363.2	3,610.1	3,916.3	4,105.8	4,363.6	4,795.7	4,917.9	5,160.7	5,578.1	6,400.0	6,900.0	7,356.0

China's Oil Production and Consumption, 1986-2006*



Source: EIA, International Petroleum Monthly

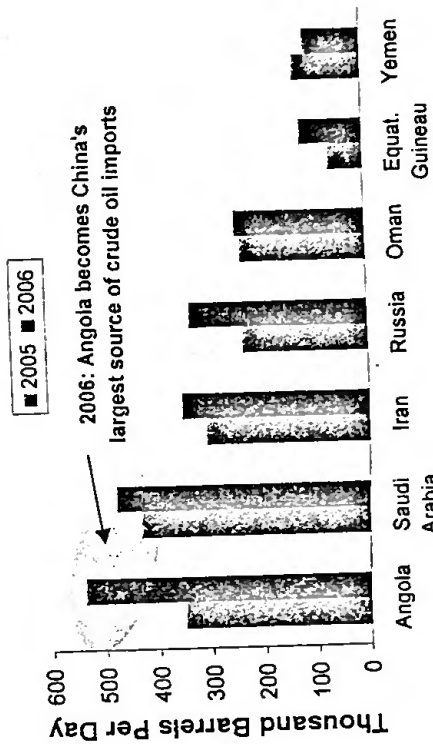
*2006 is Jan-Aug only

(Thousand bbl/d)

China's Crude Oil Imports by Source
 FACTS, Inc. *China Oil and Gas Monthly* (July 2006 ed.)

Country	2006	2005
Angola	538,9	351,1
Saudi Arabia	480,4	434,7
Iran	354,6	309,3
Russia	336,7	237,1
Oman	247,5	238
Equat. Guineau	119,3	66,4
Yemen	109,3	130,1
Other	771,1	796,5
Total	2957,8	2563,2

Top Sources of China's Crude Oil Imports, 2005 and 2006*



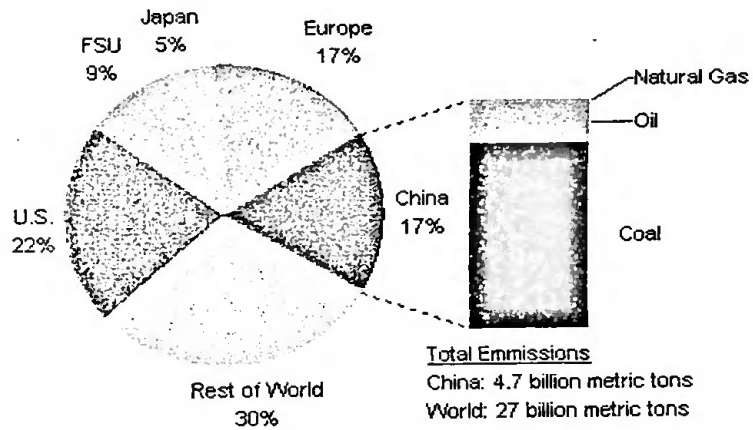
Source: FACTS, Inc. *China Oil and Gas Monthly*
 *2006 data is January through June only

Coal Consumption, 1980-2004
(Million Short Tons)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
States	689.7	679.9	726.0	768.2	844.8	911.2	962.3	1,027.1	1,097.7	1,113.4	1,124.1	1,184.9	1,199.5	1,275.6	1,389.8	1,494.8	1,508.6	1,450.4	1,392.0	1,342.6	1,282.3	1,356.6	1,413.0	1,720.2	2,062.4
	702.7	732.6	706.9	736.7	791.3	818.0	804.2	836.9	863.6	895.0	904.5	899.2	907.7	944.1	951.3	962.1	1,006.3	1,029.5	1,037.1	1,038.6	1,084.1	1,060.1	1,066.4	1,084.9	1,107.3
	238.3	240.6	235.8	235.9	240.6	227.1	224.5	214.7	212.9	212.9	212.4	407.9	382.2	335.0	314.3	297.5	295.8	280.0	268.8	257.6	269.8	278.2	279.0	277.3	279.9
	58.2	53.5	53.1	47.8	46.1	44.7	37.1	33.6	25.0	33.4	34.8	36.5	32.4	25.5	25.2	27.3	28.4	24.6	29.5	26.3	25.4	21.1	22.7	24.1	23.1
Kingdom	133.6	130.3	122.4	123.3	87.6	116.3	123.0	128.5	122.8	125.9	119.4	118.0	110.7	98.1	90.8	79.0	77.1	68.9	68.4	60.8	64.0	70.2	64.2	66.8	67.2
	129.8	139.8	147.1	159.5	178.7	193.5	208.7	209.5	227.7	238.6	255.8	270.5	283.0	294.1	313.6	331.9	332.2	358.5	382.9	375.4	406.1	416.8	434.4	448.6	476.2
	98.1	105.6	104.6	100.4	112.9	119.4	109.2	111.1	122.6	122.7	126.4	129.3	125.1	127.1	136.8	141.6	142.1	150.6	143.1	154.7	169.3	168.7	173.5	185.2	203.7
Total	4,137.7	4,199.0	4,301.1	4,420.4	4,660.7	4,888.0	4,969.3	5,116.4	5,274.4	5,277.0	5,269.2	5,009.6	4,934.3	4,953.2	5,015.9	5,115.5	5,175.0	5,132.6	5,039.3	4,969.1	5,099.8	5,177.2	5,262.8	5,698.1	6,098.8

Anexo 20

Carbon Dioxide Emissions from Energy
Activities, 2004



Source: EIA International Energy Annual